

Junho 2005

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 George Bush garante ajuda financeira a Africa	1
1.2 FAA e BESA negociam empréstimos bancários massivos a militares	1
1.3 Chineses justificam aposta no controlo do mercado Angolano	3
1.4 Angola defende solução conjunta para os problemas da pobreza	3
1.5 Angola sancionada pelo G8.....	4
1.6 Crédito compreensivo para empresários rurais.....	4
1.7 Banco Sol já investiu 3,5 milhões de dólares em micro-créditos.....	5
2 GOVERNAÇÃO	7
2.1 Políticos exigem fim da guerra em Cabinda	7
2.2 PR pede ao TS apreciação da constitucionalidade da lei constitucional.....	7
2.3 Partidos, cisões, financiamento e corrupção.....	8
2.4 Coiepa quer participação da sociedade na preparação das eleições	9
3 EDUCAÇÃO	10
3.1 30 mil crianças fora do sistema de ensino.....	10
3.2 Carrascos de crianças acusadas de feitiçaria em Julgamento.....	10
3.3 Crianças apelam ao fim dos maus tratos	11
3.4 Em Angola governo não resolve problema dos adolescentes	11
3.5 Perseguidos por lealdade.....	13
4 TERRA E HABITAÇÃO	14
4.1 Zango vai realojar mais três mil famílias	14
4.2 Debate "quente" à volta das terras da Quiçama.....	14
4.3 Casas da Boavista correm risco de desabar.....	15
4.4 Aumento da renda dos imóveis	15
4.5 Crescem conflitos de terras	16
5 SERVIÇOS BASICOS	17
5.1 Luanda tem 5 novas centrais de tratamento de água.....	17
5.2 ELISAL deita ao lixo 75 mil dólares.....	17
5.3 Vida de cão no palanca.....	18
5.4 Pagar o lixo para aumentar o salário	20
5.5 Luandenses vão pagar pelo lixo	21
5.6 Populares perigam distribuição de água em Luanda	22
7 PAZ E CIDADANIA	23
7.1 Jovens angolanos na luta pela" consolidação da paz e cidadania	23

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 George Bush garante ajuda financeira a Africa

Independente...11/ 06/ 05

Os EUA podem anunciar um pacote de ajuda financeira, estimado em cerca de 550 milhões de dólares ao continente africano, como parte de uma iniciativa humanitária conjunta com a Grã-Bretanha. Para tal, o primeiro-ministro britânico esteve em Washington, onde negociou os termos do plano.

Tony Blair garantiu que o acordo vai ser um meio, mas reconheceu haver limitações sérias impostas pelo presidente americano, George Bush, a um projecto que incluía o perdão da dívida aos países africanos e medidas de financiamento de vacinação das populações.

Bush recusou estes dois aspectos do plano britânico e ainda a proposta de alocação de 0,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA para ajuda internacional. Blair pretende apresentar este projecto a todos os países membros do G8 na próxima cimeira da organização, em Julho, na Escócia. Maior parte dos 550 milhões de dólares será destinada ao combate à fome e às doenças na Etiópia e na Eritreia. Este valor integrava o orçamento dos Estados Unidos dedicado à ajuda humanitária. Entretanto, especialistas africanos elogiaram a pretensão dos EUA e da Grã-Bretanha de perdoarem as dívidas do continente, mas condicionam esta possibilidade ao reconhecimento pelos países ocidentais da culpa na criação do problema. O senador nigeriano, Udoma Udo Udoma, que chefiou uma delegação de parlamentares africanos que reivindicou as concepções dos credores, considera que os líderes do G8 estão a tentar colocar o seu prestígio político por trás do perdão das dívidas do continente. "A ligação entre democracia, boa governação e o combate à corrupção também ajuda humanitária. Entretanto, especialistas africanos elogiaram a pretensão dos EUA e da Grã-Bretanha de perdoarem as dívidas do continente, mas condicionam esta possibilidade ao reconhecimento pelos países ocidentais da culpa na criação do problema. O senador nigeriano, Udoma Udo Udoma, que chefiou uma delegação de parlamentares africanos que reivindicou as concepções dos credores, considera que os líderes do G8 estão a tentar colocar o seu prestígio político por trás do perdão das dívidas do continente. "A ligação entre

democracia, boa governação e o combate à corrupção também ajuda humanitária. Entretanto, especialistas africanos elogiaram a pretensão dos EUA e da Grã-Bretanha de perdoarem as dívidas do continente, mas condicionam esta possibilidade ao reconhecimento pelos países ocidentais da culpa na criação do problema. O senador nigeriano, Udoma Udo Udoma, que chefiou uma delegação de parlamentares africanos que reivindicou as concepções dos credores, considera que os líderes do G8 estão a tentar colocar o seu prestígio político por trás do perdão das dívidas do continente. "A ligação entre democracia, boa governação e o combate à corrupção também é um factor para motivar o perdão das nossas obrigações", completou.

Por sua vez, o ministro senegalês das Finanças, Aziz Sow, manifestou o seu apoio ao plano anglo-americano, mas pediu aos governos africanos e aos credores que investiguem as razões do crescimento das dívidas. A África subsahariana deve no total 230 biliões de dólares e paga cerca de 12 biliões por ano, incluindo os juros. Maior parte da dívida foi contraída ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, que já efectuaram um esquema de perdão das dívidas, que beneficiou 25 países.



1.2 FAA e BESA negociam empréstimos bancários massivos a militares

Semanário Angolense...11/ 06/ 05

O Banco Espírito Santo Angola (BESA) e o Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA) estão a negociar desde Março último a abertura de uma linha de crédito destinada a financiar a aquisição de automóveis por oficiais e soldados que servem as FAA, Soube o SA de fontes dispersas.

A ideia da abertura da linha de financiamento foi inicialmente apresentada ao BESA pelo general Fernando Alberto Vasques Araújo, que representou a Direcção de Armamento e Técnica do EMG das FAA numa reunião com a Administração do banco na qual o assunto foi pela primeira vez abordado. As FAA pretendem, nos termos da ideia apresentada pelo

general Fernando Araújo, que o banco financie distintamente oficiais gerais, superiores, subalternos e praças na aquisição de automóveis com base em créditos a conceder, algo que fontes deste jornal disseram ser uma decisão de cunho político. Tal, indicaram as fontes, persegue manter as Forças Armadas Angolanas alinhadas e fieis às autoridades governamentais numa hipotética situação de perturbação do processo eleitoral de 2006. A BESA anuiu imediatamente à ideia apresentada pelas FAA, produzindo um proposta que foi enviada à Direcção Principal de Armamento e Técnica do EMG a 17 de Março último, onde são estabelecidas as condições em que a linha de crédito seria aberta: o BESA propôs como condição prévia, que fossem transferidos para esse banco os depósitos da Caixa de Segurança Social das FAA. Considerados fundos estratégicos, uma vez que englobam o somatório dos descontos mensais que os militares angolanos fizeram para a Segurança Social ao longo dos anos, esses depósitos encontram-se à guarda do Banco de Poupança e Crédito (Bpc), que é um banco nacional de capitais públicos, o que não é casual. A tendência é a de que fundos dessa índole sejam depositados em bancos públicos angolanos, tanto pelo seu carácter estratégico, quanto pelo seu potencial de aumentar o volume eis às autoridades governamentais numa hipotética situação de perturbação do processo eleitoral de 2006. A BESA anuiu imediatamente à ideia apresentada pelas FAA, produzindo um proposta que foi enviada à Direcção Principal de Armamento e Técnica do EMG a 17 de Março último, onde são estabelecidas as condições em que a linha de crédito seria aberta: o BESA propôs como condição prévia, que fossem transferidos para esse banco os depósitos da Caixa de Segurança Social das FAA.

Considerados fundos estratégicos, uma vez que englobam o somatório dos descontos mensais que os militares angolanos fizeram para a Segurança Social ao longo dos anos, esses depósitos encontram-se à guarda do Banco de Poupança e Crédito (BPC) que é um banco nacional de capitais públicos, o que não é casual. A tendência é a de que fundos dessa índole sejam depositados em bancos públicos angolanos, tanto pelo seu carácter estratégico, quanto pelo seu potencial de aumentar o volume de captação de poupança de tais bancos, pelo que a sua transferência para o BESA poderá apresentar-se problemática. O BESA prometeu, entretanto, que os activos que fossem colocados sob sua gestão seriam rentabilizados com base na oferta das «melhores e mais competitivas taxas de mercado», inclusivamente, em termos que o banco viesse a acordar com as FM. Num outro momento, a banco definiu que valores entregaria a cada um do militares que se habilitasse à contracção de empréstimos,

estabelecendo isso com base no grau militar ou na patente dos candidatos, um problema que também está relacionado com a capacidade de reembolso do capital cedido em empréstimo. O banco decidiu emprestar 50 mil dólares a cada um dos oficiais gerais que se candidatar aos empréstimos, 40 mil aos oficiais superiores, 30 mil aos oficiais subalternos e 20 mil aos praças. Os financiamentos serão concedidos a juros de 8.5 por cento, que é a taxa Libor adicionada de 3.5 por cento, por um período de 84 meses, ou seja, sete anos. O problema agora é que as FAA não responderam a essa proposta do BESA, perto de três meses depois de ter sido apresentada, quando fontes do banco declararam a este jornal ser possível que nunca se venha a receber qualquer resposta das instâncias militares que levantaram a questão. Mas essa última hipótese não pôde ser provada pelos repórteres do SA que trabalharam sobre este assunto, que, ao contrário, confirmaram que o Chefe do Estado Maior General das FAA, general Agostinho Nelumba Sanjar, emitiu este ano o despacho número 011/2005 que cria um grupo técnico para negociar as condições dos financiamentos com o BESA.

Essa comissão é chefiada pelo general Fernando Araújo, integrando quatro outros oficiais gerais, apresentados como Altino, Agostinho, Zengo e Bibi. Tal constituirá uma prova de que existe interesse na consumação das negociações e pode contrariar as suspeitas do banco, de que as forças armadas tenham desinvestido e desistido dessa iniciativa, mas não pode contradizer conjecturas de oficiais conhecedores do processo que admitem que a aparente hesitação das chefias militares sobre o assunto signifique que se está a tramar contra o efectivo militar das classes mais baixas. Suspeitas escutadas na fase da elaboração desta matéria apontam a virtual possibilidade de oficiais mais graduados poderem encontrar uma forma de absorverem financiamentos em quantias superiores, em detrimento da fásquia destinada aos oficiais e praças subalternos.

De resto, disseram estas últimas fontes, no passado, processos de concessão de bolsas de estudo e outros privilégios ao efectivo das Forças Armadas Angolanas (FAA) foram aproveitados por oficiais com alto poder de decisão para favorecer parentes e outros relativos, o que em princípio se constitui no fundamento das suspeitas levantadas em determinados círculos militares.

1.3 Chineses justificam aposta no controlo do mercado angolano

Capital...11/ 06/ 05

Indicadores sugerem que a China pode, mais tempo, menos tempo, suplantará tradicionais fornecedores de um mercado que tem Portugal como líder. As estatísticas disponíveis dão, pelo menos, indicações disso mesmo.

Portugal continua colocado à frente dos países que mais bens e serviços exportaram para o mercado angolano em 2005, conservando uma posição que, aos olhos de muitos, já não surpreende. O que parece surpreendente são as performances da China que, no ano passado, viu as suas exportações aumentarem, fazendo o gigante asiático sair do sétimo para o quarto lugar entre o conjunto das economias que se destacaram nas trocas comerciais com Angola. Os números são da Direcção Nacional das Alfândegas que atribui ao país mais populoso do mundo o esforço de ter fornecido a Angola mercadorias em volume cifrado em 236,8 milhões de dólares. Ou seja, 6,5 por cento do total de ter fornecido a Angola mercadorias em volume cifrado em 236,8 milhões de dólares. Ou seja, 6,5 por cento do total das exportações destinadas a Angola no ano passado. O indicador pode parecer um mero dado estatístico, todavia, faz prever que a condição de maior fornecedor de Angola atribuída a Portugal começa a ficar ameaçada, a favor da China. Seja como for, Portugal continua a ser mesmo o maior fornecedor de Angola, classificação que resulta do somatório das mercadorias que Luanda importa das terras lusas. Um mercado que no período em alusão fez fornecimentos de bens e serviços no valor de 76,5 milhões de dólares, 19,2 por cento do total das exportações. Na avaliação das autoridades aduaneiras, a África do Sul aparece como segundo maior exportador para Angola, com 12,6 por cento, num total de 508,4 milhões de dólares. Atrás deste está o Brasil, com 330,7 milhões de dólares, que representam 7,6 por cento do total das importações angolanas no ano passado.

A lista dos maiores fornecedores de Angola posiciona a Bélgica em quinta lugar, por ter exportado para esse mercado bens e serviços avaliados em 216,2 milhões de dólares, que correspondem 6 por cento das importações conformadas maioritariamente por veículos automóveis, acessórios, motores, entre outros meios.

1.4 Angola defende solução conjunta para os problemas da pobreza

Jornal de Angola...16/ 06/ 05

O primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", declarou ontem, em Doha (Qatar), que a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do "Grupo dos 7 mais a China" constitui oportunidade para uma reflexão profunda sobre o alcance dos objectivos globais estabelecidos no plano de acção de Havana.

O primeiro-ministro, que representa o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na referida cimeira, defendeu a necessidade de se analisarem, em conjunto, os principais problemas que enfrentam os países do grupo para se encontrarem as soluções para os mesmos.

"Os principais problemas e os desafios que se colocam hoje aos nossos países são específicos ao nosso grupo, mas têm um carácter global, tais como a pobreza, educação, insegurança, doenças como malária e o HIV-Sida e outros males, que por esta razão requerem uma resposta colectiva de todos", disse. Nandó afirmou que a acção concertada de toda a comunidade internacional deve resultar numa melhor convivência entre todos, acrescentando que os conflitos armados que afligem os continentes sejam resolvidos por via do diálogo, de modo a que se abram perspectivas para um mundo mais seguro, assente na justiça e no direito. O primeiro-ministro deixou claro a todos presentes que Angola estará sempre a favor de todas as medidas que visem a solução de conflitos pela via pacífica e pelo diálogo. A título de exemplo, disse que o país, por altura da Cimeira de Havana, em 2000, vivia um clima de guerra devastadora e hoje está em paz, dando passos seguros no sentido da consolidação da democracia. Falando da anunciada ajuda ao desenvolvimento e das promessas da eliminação de dívidas por parte dos países desenvolvidos, Nandó disse que a maior parte dos países em desenvolvimento, em particular os africanos, continuam ainda com graves distorções económicas e estruturais. O primeiro-ministro Nandó afirmou igualmente que Angola, como país subdesenvolvido, defende que as questões do comércio a nível da OMC Organização seguros no sentido da consolidação da democracia. Falando da anunciada ajuda ao desenvolvimento e das promessas da eliminação de dívidas por parte dos países desenvolvidos, Nandó disse que a maior parte dos países em desenvolvimento, em particular os africanos, continuam ainda com graves distorções económicas e estruturais. O primeiro-ministro Nandó afirmou

igualmente que Angola, como país subdesenvolvido, defende que as questões do comércio a nível da OMC (Organização Mundial do Comércio) incidam sobre os pontos-chave de interesse para as economias do G7.

Ele sugeriu que todas as questões de interesse dos países do grupo contidas na ronda de Doha venham a ser abordadas na próxima conferência ministerial da OMC, a ter lugar em Dezembro próximo em Hong Kong. Os trabalhos da cimeira terminam hoje, com a assinatura pelos 'Chefes de Estado e de Governo da Declaração de Doha.

1.5 Angola sancionada pelo G8

Independente...18/ 06/ 05

Analistas contactados pelo "Independente" concluíram que a atitude do grupo dos oito países mais industrializados do mundo, de excluir Angola da lista das catorze nações africanas cujas dívidas externas foram perdoadas, constitui uma sanção da comunidade internacional à "gestão obtusa" do Governo angolano

Individualidades de vários sectores da sociedade angolana são unânimes e, concluem: «o mau comportamento do governo angolano, consubstanciado na má governação, corrupção e os recursos naturais que possui estiveram na base da exclusão de Angola da lista dos catorze países africanos cujas dívidas externas foram perdoadas, durante a última reunião do grupo dos oito estados mais industrializados do mundo (G8). Apesar de "lamentarem profundamente" o facto de a comunidade internacional continuar a manifestar "antipatia" para com Angola, depois de ultrapassar várias décadas de guerra, esses observadores consideram a posição do G8 como sendo uma sanção à má governação, falta de transparência e corrupção no seio do Governo angolano. O analista político João Kamboela sente-se preocupado porque, para si, Angola uma vez mais foi esquecida dos grandes programas do contexto mundial", nomeadamente o acesso aos créditos e ao perdão das dívidas, que são geralmente condicionados à uma boa governação e à luta contra a pobreza.

No seu entender, aspectos como boa governação e transparência continuarão a ser entraves para o relançamento das boas relações, quer com o Banco Mundial, quer com Fundo Monetário Internacional (FMI), caso Angola não demonstre sinais de vontade de resolver os seus problemas internos. Na sua opinião, os créditos que o país recebe "fora do sistema normal" também influenciam negativamente nessas relações. Dentre os vários critérios aplicados na selecção dos

países africanos beneficiados pelo perdão das suas dívidas externas, constam a boa governação e desenvolvimento no sentido positivo das democracias.

Sobre este último aspecto, João Kamboela acredita que "Angola é menos democrática e transparente do que os estados perdoados. Segundo aquele analista, a limpeza da imagem de Angola no exterior passa, sobretudo, pela realização de eleições gerais, que se pretende realizar em Setembro de 2006, como deu a conhecer reiteradas vezes o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e pela normalização das relações com o BM e o FMI. O analista acrescenta ainda que outros passos subsequentes que o Governo angolano deve seguir é transferir os dinheiros públicos das contas privadas de muitos governantes para o tesouro nacional, bem como evitar que ministros exerçam simultaneamente o empresariado, factores, segundo o mesmo, "determinantes na marginalização do país pela comunidade internacional".

"Sabemos que há ministros que até agora continuam a ter dinheiros em contas privadas e o sistema internacional sabe muito bem disto, os autores públicos que, até agora, têm dinheiros em contas privadas, teriam de os transferir publicamente para o tesouro nacional", afirmou. Por entender que os critérios exigidos para o perdão das dívidas dos países beneficiados são, de alguma forma, semelhantes aos exigidos a Angola em relação à organização de uma conferência internacional de doadores, defende que o Governo deve antes efectuar uma mesa interna "onde os milionários angolanos sejam os principais doadores". Por seu rumo, o economista Fernando Heitor disse ser "uma pena" para o povo angolano o facto de não ter visto, da parte do G8, a clemência da sua dívida externa, receitas que poderiam ser investidos na reconstrução das infra-estruturas, bem como das mentes destruídas durante o período de vários anos de guerra.

Para o economista, "Angola só deve queixar-se de si quanto à decisão dos países que congregam o G8 por essa exclusão da lista dos perdoados", porque, lembrou Heitor, o facto de o país ser um potencial produtor de petróleo não lhe dá direito de perdão da dívida, "uma condição crucial aliada ao factor comportamental".

1.6 Crédito compreensivo para empresários rurais

Semanário Angolense... 24/06/06

Quando, na semana passada, o BPC assinou com o

FDES e o INAPEM, no Bengo, um acordo para a concessão de crédito a pequenos e médios empresários rurais, o presidente do banco, Paixão Júnior, disse a este jornal que o facto do financiamento a esse segmento de empreendedores ser de alto risco, faz com que os empréstimos para isso previstos se tornem caros.

«Esse tipo de operação é de alto risco. Por esta razão é que os empréstimos também são caros exactamente para cobrir parte dos riscos que encerra uma operação desta natureza», declarou Paixão Júnior falando exclusivamente a este jornal, à margem da assinatura do acordo. O BPC engajou três milhões de dólares para conceder créditos no âmbito desse acordo, prevendo comprometer dois milhões adicionais até ao fim do ano em curso. Os financiamentos vão beneficiar empreendedores dos sectores da agricultura, agro-industrial, comércio rural e pesca artesanal. Mas as condições de crédito, tal como notou, são amplamente vantajosas para os beneficiários. Para se habilitarem, empresários desses sectores apenas têm que possuir dez por cento do capital total do projecto a financiar, quando para operações de crédito comercial puro, é em muitos bancos geralmente exigida uma participação de 15 a 10 por cento. O período de reembolso é de quatro anos, algo mais do que o máximo de três anos exigível para o reembolso de créditos comerciais, enquanto que os juros são de oito por cento ao ano, que é a taxa Libor, adicionada de três por cento. O valor dos juros acaba por ser igual ao dos cobrados pelo FDES, uma instituição especializada na concessão de crédito bonificado. Em operações comerciais em Angola, os juros situam-se normalmente entre os 8.5 e os nove por cento, o que faz dos financiamentos considerados caros por Paixão Júnior, os mais baratos actualmente concedidos no mercado angolano. O BPC apenas recolherá dos devedores o capital concedido e juros limitados pela taxa Libor, repartindo o remanescente, três por cento, pelos os seus parceiros nessa empreitada, com a cedência de 1.5 por cento dos juros ao FDES e 0.5 por cento ao INAPEM. No quadro desse acordo, com o qual, revelou Paixão Júnior, o BPC pretende expandir a sua carteira de crédito, o nível máximo dos financiamentos pode atingir os 50 mil dólares, enquanto que o mínimo deve situar-se em dez mil dólares. Os empresários que se habilitarem, podem encontrar novas facilidades quando, sem património ou capital para prestar garantias aos financiadores, lhes for concedida, como está previsto, a possibilidade de utilizar um produto chamado «garantia FDES», levando esta instituição a envolver-se como avalista. Depois está prevista a concessão de períodos de graça que vão dos quatro aos cinco anos, certamente um alívio para empresários do

sector agrícola, em outras situações confrontados com a obrigação de reembolsar os créditos em capital e juros, muito tempo antes das lavouras financiadas começarem a gerar frutos e muito menos rendimentos.

Paixão Júnior considerou que a combinação das três instituições numa só empreitada deve ser encarada tanto por ser uma agradável coincidência, quanto pela sua utilidade: com o capital disponibilizado pelo BPC, os empresários a que os créditos se destinam encontram no FDES garantias que podem envolver até 90 por cento do capital solicitado, estando disponível no INAPEM a possibilidade de obterem formação empresarial focalizada a utilização do financiamento, assim como a obtenção do concurso da instituição para a elaboração dos projectos de viabilidade requeridos.

Mas, do que é que se trata, afinal? - Perguntou a reportagem do SA - de filantropia nos bancos?

Paixão Júnior respondeu que se trata de uma maneira compreensiva de apoiar com créditos os pequenos e médios empresários que actuam no meio rural, posto que, disse, «temos plena certeza que as pessoas que estão nestes locais passam por muitas dificuldades» em matéria de obtenção de financiamentos para reiniciarem a sua actividade.

1.7 Banco Sol já investiu 3,5 milhões de dólares em micro-créditos

Independente...25/ 06/ 05

O ano de 2005 foi consagrado internacionalmente pelas Nações Unidas como sendo o ano do micro-crédito. E Angola, como não podia ficar de parte, através do Banco Sol apostou no projecto de micro-crédito que segundo Coutinho Nobre um dos seus responsáveis já beneficiou mais de 10 mil famílias.

O Que é o micro-crédito ?

- O Micro-crédito é um produto ,estruturado pelo Banco Sol que visa, sobretudo, acudir as populações de baixa renda para que estas pessoas possam montar alguns negócios e também, por outro lado, aqueles que já têm pequenos negócios possam implementá-los ou incrementá-los.

A iniciativa visa, ainda, ajudar para que a população possa encontrar uma forma de subsistência, e uma forma de criar emprego para as comunidades. Em suma, o objectivo fundamental consiste em beneficiar o tecido social, uma vez que o micro-crédito é uma obra social e quem ganha cor este projecto é o tecido social, então o Banco Sol assume este papel e tem estado a

desenvolvê-lo com muita perseverança, e as experiências dos resultados adquiridos mostram-nos que é um produto que deve ser ampliado em todos os extractos da sociedade angolana, sobretudo no meio rural e suburbano, sectores onde se encontram carências de vária ordem.

Qual é o Capital inicial deste projecto?

-Quando assumimos formalmente este desafio prevíamos, portanto, 8 (oito) milhões de dólares americanos que deveriam ser obtidos através de um financiamento externo. Com este montante, de acordo com os indicadores constantes e reflectidos, poderíamos estruturar este produto e torná-lo extensivo a toda a dimensão do país. Infelizmente, não foi possível obtermos financiamento dos oito milhões de dólares tal como indicavam os estudos feitos antes da abertura do Banco. Face a esta realidade, o Banco tem dado resposta a este produto e serviço plasmado nos seus estatutos com base nos seus recursos financeiros internos. Quero dizer que nós procuramos reforçar a nossa área comercial, onde captámos as poupanças necessárias através de um outro serviço que nós colocámos no mercado, e conseguimos obter as receitas e, uma parte das mesmas que captámos da nossa actividade canalizamos para o micro-crédito. Neste momento nós já disponibilizámos para projectos de micro-créditos três milhões e quinhentos mil dólares americanos, já atingimos uma população estimada em 10 mil beneficiários. Estamos neste momento implantados em Luanda, Bengo (província histórica, onde foi implementada a experiência, a infância deste projecto), Malange, Bié, Huíla, Huambo, e pensamos que, de acordo com o nosso plano estratégico, com a nossa visão estratégica, com recursos disponíveis e, sobretudo, com as valentes capacidades adquiridas, vamos atingir as outras províncias do país.

Que condições são necessárias para beneficiar do micro-crédito?

- A primeira condição fundamental é a organização. Nos temos agentes, estes vão às comunidades onde formam grupos, chamados grupos solidários, constituídos, geralmente, por cinco elementos, o grupo escolhe um líder, a pessoa que há-de estabelecer os contactos com o Banco e o grupo é identificado através de instrumentos de identificação capaz de ser susceptível de identificação clara: nome, residência, e outros elementos necessários. Os elementos do grupo recebem formação dada pelos nossos agentes do micro-crédito. Na verdade, os nossos agentes de micro-crédito informam, capacitam o pessoal, dão-lhes as ferramentas necessárias, sobretudo, os procedimentos, a metodologia, a forma de estruturação e a forma de organização. Depois disto, eles preenchem os formulários, que, no fundo, são os contratos de adesão

e com este contrato o agente do crédito trás o grupo junto de um balcão do Banco Sol e aí consegue o financiamento.

Trata-se de um projecto de continuidade?

-Nós quando entrámos com este projecto, a visão estratégica e a visão global deste projecto é de que, as pessoas ao beneficiarem do micro-crédito hão-de começar uma nova etapa da sua vida, e ao iniciar essa nova etapa que é o primeiro passo difícil mas historicamente importante porque vai marcar as pessoas, elas terão que ter um projecto de continuidade, quer dizer que nunca hão-de regressar a etapas anteriores, que é aquela etapa de dependência e pobreza, portanto a pessoa está inserida no projecto, o Banco vai alavancá-la, ela sai dum beneficiário de 100 dólares para 500, 100, 2000 dólares em diante. Há aqui como que, um processo de crescimento e afirmação e desenvolvimento das comunidades, quer humano, quer de negócios, quer de projecto, numa só palavra, para a melhoria substancial da vida da pessoa. Portanto, é um projecto de continuidade, se não tiver a componente continuidade, devo-lhe dizer que não estaremos a alcançar de forma plena ou remediável os nossos objectivos.

Qual o papel dos governos provinciais onde este projecto está implementado

-Devo dizer que o papel dos governos provinciais, como pode imaginar, não interferem nos aspectos técnicos, intervêm sobretudo nos aspectos de ordem política e social, mas o factor aqui relevante e de extrema importância é que os governos provinciais têm dado apoios necessários ao Banco Sol, sobretudo na identificação das infra-estruturas para montarmos as nossas agências e balcões, temos tido também apoios dos governos provinciais, sobretudo no trabalho que tem sido feito junto da comunidade no meio rural.

manifestação pública em Luanda, no dia 25.06, caso as suas pretensões e da maioria dos cidadãos, não sejam satisfeitas.

2 GOVERNAÇÃO

2.1 Políticos exigem fim da guerra em Cabinda

Folha 8...11/ 06/ 05

Partidos Políticos Oposição e Organizações da Sociedade Civil, reunidos no dia 07, em Luanda, defenderam a necessidade de o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, promulgar o pacote legislativo eleitoral aprovado em Abril último pela Assembleia Nacional, e a constituição da Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

A decisão saída de um conclave que reuniu políticos e intelectuais da sociedade civil, recomendou ponderação e sentido patriótico de todas as partes, no sentido de não contribuírem para uma eventual explosão social. Segundo o documento lido pelo secretário-geral da Frente para a Democracia (FpD), Luís do Nascimento, os participantes defendem ainda a definição da calendarização do processo eleitoral no quadro de um debate que se pretende abrangente e inclusivo.

Outrossim, o documento advoga a realização de um debate para que sejam examinadas todas as questões pendentes que continuam a agitar o cenário político, com realce para a fragilização do processo de reconciliação nacional, numa altura em que continua a persistir a intolerância política, inviabilizando desta forma a coabitação passiva entre os diferentes actores da cena política nacional. Outra preocupação manifestada pelos políticos prende-se com a situação de instabilidade militar, que continua a existir no enclave de Cabinda, numa altura em que se aproxima a realização das segundas eleições gerais.

É pois, curial saber-se, nessa altura do campeonato se, no enclave vão ou não realizar-se eleições. Dependendo dos objectivos e da necessidade de um cessar-fogo, o Governo e a FLEC-FAC deverão assinar tréguas, pondo fim ao conflito armado que ainda persiste no enclave de Cabinda.

Como recomendação final de maior peso, está o facto dos partidos aderentes a campanha por uma "Angola democrática" terem decidido, pela realização de uma

2.2 PR pede ao TS apreciação da lei constitucional

Jornal de Angola...17/ 06/ 05

O presidente da República, José Eduardo dos Santos, requereu ao Tribunal Supremo (TS), na sua veste de Tribunal Constitucional, a apreciação preventiva da constitucionalidade de algumas disposições constantes da Lei Eleitoral, nos termos do artigo 1542 da Constituição.

Um comunicado de imprensa dos Serviços de Apoio ao Presidente da República, datado de 15 de Junho, e a que o Jornal de Angola teve ontem acesso, indica que "a Lei Eleitoral não foi ainda promulgada, porque algumas das suas disposições suscitam dúvidas quanto à sua conformidade com a Lei Constitucional". A Lei Eleitoral faz parte do pacote de diplomas de suporte às próximas eleições gerais em Angola, previstas para 2006. Nos termos do artigo 1542 da Lei Constitucional, o Presidente da República pode "requerer ao Tribunal Constitucional a apreciação preventiva da constitucionalidade de qualquer norma sujeita à promulgação, assinatura e ratificação do Chefe de Estado. O mesmo artigo dispõe que "não podem ser promulgados, assinados ou ratificados diplomas cuja apreciação preventiva da constitucionalidade tenha sido requerida ao Tribunal Constitucional, sem que este se tenha pronunciado". O artigo 1572 da Constituição estabelece que o "Tribunal Constitucional" deve pronunciar-se no prazo máximo de quarenta e cinco dias sobre a constitucionalidade das normas cuja apreciação lhe tenha sido requerida".

Ainda nos termos do artigo 1542 da Constituição, em caso de ser declarada pelo Tribunal Constitucional a inconstitucionalidade de normas de um diploma, este deve ser vetado pelo Presidente da República e devolvido ao órgão que o tiver aprovado para que expurgue a norma julgada inconstitucional, a apreciação preventiva da constitucionalidade de uma norma é feita antes da sua entrada em vigor na ordem caso de ser declarada pelo Tribunal Constitucional a inconstitucionalidade de normas de um diploma, este

deve ser vetado pelo Presidente da República e devolvido ao órgão que o tiver aprovado para que expurgue a norma julgada inconstitucionais.

A apreciação preventiva da constitucionalidade de uma norma é feita antes da sua entrada em vigor na ordem jurídica. O comunicado dos Serviços de Apoio ao Presidente da República informará entretanto que o Chefe de Estado promulgou, a maior parte dos diplomas de suporte às próximas eleições; dentro do prazo fixado pela Lei Constitucional (30 dias), "tendo-os remendo para a Assembleia Nacional, para esta dar sequência às formalidades que culminarão com a respectiva publicação no Diário da República". O Presidente da República havia recebido da Assembleia Nacional, a 16 de Maio último, os diplomas legais relativos ao pacote eleitoral. Nos termos do artigo 692, nº 1, da Lei Constitucional, o Chefe de Estado "deve promulgar as leis nos trinta dias posteriores à recepção das mesmas da Assembleia Nacional".

2.3 Partidos, eleições, financiamento e corrupção

Angolense... 25/ 06/ 05

Com alguns partidos políticos mais badalados divididos em querelas, cisões internas e até questiúnculas de capela (nalguns casos do tipo roupa suja de lavarem casa), será particularmente sensível, senão mesmo problemático para as próximas eleições aparecerem duas ou mais alas a reivindicarem a mesma bandeira e siglas partidárias. Isso no extremo...

A DEMOCRATICIDADE DOS PARTIDOS Para tanto será necessário, antes que seja tarde, promovem-se congressos ordinários ou extraordinários ou ainda qualquer outro acto suficientemente representativo das referidas formações partidárias, como sejam convenções nacionais, cujo veredicto final deverá ser acatado por todos militantes, sendo que cada uma das alas deverá submeter-se ao crivo do voto dos participantes aos referidos conclaves de legitimação das partes.

A lista vencedora será a mais representativa do partido, pelo que ficará encarregue de assegurar a liderança do partido e, por arrastamento, a competição eleitoral no próximo ano do partido em questão e do candidato presidencial respectivo ou da aliança em que se achar, eventualmente, envolvida. Quanto aos derrotados restará o caminho da resignação ou da ruptura para animar outro projecto político-partidário, hipótese pouco provável não só pelo tempo disponível, como pelo número de assinaturas que têm que ser recolhidas.

Tal cenário de democraticidade no interior dos partidos, também será um bom indício de que as eleições deverão realizar-se num cenário de estabilidade, descontando outros factores como o imperativo desarmamento da população civil, a imparcialidade do órgão reitor das eleições, a CNE, bem como a independência dos observadores e a eficiência e eficácia dos tribunais no dirimir de um eventual Contencioso Eleitoral...

Vale lembrar que no actual pacote legislativo aprovado pela assembleia Nacional não consta a nova lei de financiamentos aos partidos políticos, que deveria obrigá-los a todos, quer sejam da situação, oposição ou satélites, a prestarem contas dos dinheiros que recebem do Orçamento Geral do Estado (OGE)...

GESTÃO RACIONAL E TRANSPARÊNCIA PRECISA-SE! As denúncias da imprensa de que o partido no poder irá usar fundos excedentários da alta dos preços do petróleo, bem como outros financiamentos extras do Estado, para sua campanha política não deixa de chamar atenção ao mais distraído dos observadores. Tal cenário patético permite aquilatar que o jogo começa viciado à partida, – acrescido dos estrangulamentos verificados na preparação do processo eleitoral –, sendo que as distintas formações partidárias que enformam o xadrez político angolano não partam em igualdade de circunstâncias para o pleito eleitoral, divisando-se uma situação a todos os títulos privilegiada para o partido dominante, que poderá perigar o contrapeso que a democracia reclama. Portanto, assim sendo, sem equilíbrio de forças, nem contra-poderes, que actuem como meios de pressão mesmo depois das eleições, a ditadura espreita e espreitará cada vez mais....

Com essa " massa petrolífera & Ca" toda disponível compram-se consciências, "bocas de aluguer", incluindo partidos satélites, bem como promovem-se maratonas alcóolicas para aliciar jovens frustrados e indecisos quanto ao seu futuro, acrescido de uma manifesta falta de alternância política de uma oposição dividida em querelas e questiúnculas de capela e que " quer ser poder", como diria recentemente Samakuva em Lisboa, enfatizando que "Nós desejamos ser poder e temos de dar a conhecer os nossos pontos de vista à comunidade internacional."

"Só que querer não é poder" ,lá reza um velho adágio... Haja em vista assinalar que, em termos de democratização dos partidos, a gestão transparente dos fundos públicos a si alocados é relevante, pois mais do que desitelingências políticas e ideológicas, as cisões, as mais das vezes, têm sido de natureza financeira. As

lideranças têm tendência em ficar com a parte do leão, dando o rabo do felino aos militantes. Ao que consta são autênticas migalhas, quando estes fundos deveriam servir para (re)estruturar os partidos e a sua máquina funcional e organizativa a favor da consolidação da democracia política. Vale dizer que, à excepção de uma ou outra força política, a maior parte dos partidos políticos parecem de implantação à escala do território nacional, pelo que o grosso dos círculos eleitorais deverão ser discutidos basicamente pelo MPLA e a UNITA, à semelhança de 1992, salvo uma ou outra variação regional assegurada pelo PRS e a FNLA...

FISCALIZAÇÃO E ARBITRAGEM: OS PAPÉIS DO TS, TC E DO TESOURO Assim sendo, os fundos alocados aos partidos deverão obedecer a lógica da gestão racional das direcções legitimadas naqueles eventos representativos supracitados, e, conseqüentemente, encarregues da sua gestão, evitando-se deste modo situações anómalas, como sejam brigas desnecessárias entre eventuais correligionários; evitando-se, igualmente, que à "liderança" ou às fracções não legitimadas democraticamente sejam atribuídos fundos públicos destinados à sua organização partidária pelo OGE, bem como assentos em instituições estatais como o Conselho da República, AN ou Governo, numa grosseira ingerência nos assuntos internos dos partidos, com todos os factores negativos atinentes de perturbação política e social também desnecessárias. Daí que, a solução das crises internas das formações partidárias em polvorosa, ainda que de forma latente ou mesmo velada, deva ser feita com base na vontade, anseios e expectativas dos militantes, estribados nos respectivos Estatutos na Lei dos Partidos Políticos, cuja não observância deve ser acautelada por quem de direito, na ocorrência o Tribunal Supremo(TS), que se ocupa da sua legalização e, por arrastamento, da conformidade com a lei na actuação quotidiana dos mesmos. Isso é tanto mais válido não só a esse nível, quanto na fiscalização da gestão dos seus fundos alocados pelo OGE, por banda quer do Ministério das Finanças (Tesouro), como do Tribunal de Contas(TC), em se tratando de financiamentos públicos. Finalmente, a incapacidade dos órgãos de fiscalização da gestão dos fundos que alimentam os partidos será visível e reproduzível na sua omissão e mesmo negligência, quanto à verificação e averiguação da gestão dos fundos públicos pela unidades orçamentais do Estado. A este respeito, reproduz-se o vício da não prestação de contas, de uma maneira geral, por banda dos servidores públicos, nomeadamente, governantes.

À excepção de Cabinda, nunca vimos os relatórios de contas dos distintos ministérios, institutos e empresas públicos e governos provinciais publicados nos jornais

de maior circulação no país,- conforme recomenda a lei, o que seria igualmente válido para os partidos políticos, em se tratando de beneficiários de fundos do OGE. .

2.4 Coiepa quer participação da sociedade na preparação das eleições

Jornal de Angola...25/ 06/ 05

O comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola (COIEPA) pediu ontem às igrejas e à sociedade civil para que se envolvam com isenção no processo de preparação, fiscalização e observação do processo eleitoral.

Este pedido, constante das conclusões finais da reunião que o COIEPA realizou esta semana sobre "eleições e desarmamento da população civil", foi feito na perspectiva de se assegurar a transparência e a credibilidade das eleições. A reunião do COIEPA concluiu ainda que o armamento "distribuído às populações durante o conflito armado e o que se adquiriu sem a devida permissão das autoridades competentes após o termo da guerra, constitui grande preocupação e um risco para o processo eleitoral". Recomendou, por isso, às autoridades para que o processo de desarmamento da população civil decorra em paralelo com a implementação do pacote eleitoral. O Comité Inter-Eclesial para a Paz, em Angola apela a todos os cidadãos que tenham em sua posse uma arma de fogo para que livremente procedam à entrega da mesma às autoridades competentes. Ainda na senda da recolha do armamento, aquela organização louva o esforço que o Governo tem envidado no sentido de ter o controle das armas em posse dos civis, tarefa que o próprio COIEPA reconhece ser "complexa". Encorajou, entretanto, a Comissão Inter-ministerial para o combate ao tráfico ilícito de armas ligeiras a reforçar o seu trabalho nesta fase pré-eleitoral. O COIEPA defende que haja informação sobre as quantidades do armamento recolhido, bem como do seu destino.

3 EDUCAÇÃO

3.1 30 mil crianças fora do sistema de ensino

Independente...11/ 06/ 06

Trinta mil crianças em idade escolar encontram-se fora do sistema de ensino no presente ano lectivo, no município da Ganda, província de Benguela, por falta de professores e escolas.

O Director Municipal de Educação, Abel Perreira de Sousa, disse hoje à Angop, em Benguela, que para cobrir tal situação o município precisa de Mil e treze professores. Num concurso público recentemente realizado, foram apenas admitidos apenas 250 novos docentes, de um total de mil e 300 candidatos inscritos. Estes vão preencher parte das vagas existentes. O primeiro nível, 30, o segundo, 20, o terceiro e oito o ensino médio. O director municipal da educação na Ganda apontou como prioridade para o sector, a inserção de novos quadros docentes, sobretudo A fonte disse ainda que do referido número, 222 vão leccionar nas com unas onde actualmente existe uma falta gritante de professores, a dois casos por dia.

3.2 Carrascos de crianças acusadas de feitiçaria em Julgamento

Folha 8...11/ 06/ 05

Os casos insólitos acontecem em todo mundo e Angola está prenhe deles. A origem é variada. A guerra é uma. A aculturação outra. E a que mais pode ser responsável pelos desvarios de alguns, levando-os a ver fantasmas em toda parte é a crítica situação económica, responsável pelo grande exército de desempregados que vegeta em torno dos grandes centros urbanos.

Nestes casos, a frustração é a mãe de todas as desgraças, levando a ver mal em todas as partes, inclusive, lá onde apenas mora a inocência. Uma inocência tantas vezes invadida, com brutalidade e loucura de adultos, que fazem crianças carregar o calvário bem cedo.

É o que fomos assistindo um pouco por toda a parte, ao longo do ano, com adultos a sacrificarem crianças acusando-as de feitiçaria, chegando ao extremo de, obcecadamente, as queimar, cortar membros inferiores, ou até levando-as a morte. Este sacrifício, na opinião dos "carrascos", era a solução para colocar as suas vidas e azares nos carris da felicidade e bonança. Demoníaca brutalidade!

E o mais hediondo é o facto de muitos destes brutamontes, respaldarem as suas acções, na Bíblia, como se as Sagradas Escrituras dessem guarida a este tipo de pensamento ou congregações religiosas dignas desse nome, pudessem admitir no seu seio o desfile, em passarelle, de assassínios em potência, escondidos por detrás de uma batina e uma cruz, evocando a palavra de Deus. Tão pouco as várias tradições angolanas, evocam ao sacrifício de crianças, quando existe uma crise na sanzala, buala ou aldeia. Por isso, tudo o que tem acontecido, deve-se a ambição desmedida de uns e a descaracterização da sociedade em que vivemos.. E é isto que nos leva a assistir a mais um julgamento, em Cabinda, de três pastores da Igreja Evangélica Peenil, acusados de terem obrigado três crianças, entre os quatro e os seis anos, a jejuar durante duas semanas por suspeita da prática de feitiçaria. Esta acção configura o crime de cárcere privado, num processo, caricatamente, os progenitores das crianças, também são réus, como cúmplices.

"Os arguidos agiram com nítida intenção de causar mal à saúde das crianças e, conseqüentemente, puseram em perigo as suas vidas", refere a acusação do processo, cuja leitura ocupou a primeira sessão do julgamento, realizada no Tribunal de Cabinda. O caso ocorreu em Novembro de 2004, envolvendo uma rapariga de seis anos e dois rapazes de quatro anos, que foram obrigados a jejuar durante cerca de duas semanas, depois de terem sido considerados suspeitos de práticas de feitiçaria.

Os petizes foram encontrados num quarto escuro, sem as mínimas condições, nas instalações da Igreja Evangélica peenil no Bairro Primeiro de Maio, na cidade de Cabinda. Os pastores evangélicos, todos de nacionalidade congoleza, afirmaram na altura que as crianças estavam a ser submetidas a um jejum para tratamento espiritual, sob o argumento da feitiçaria ser uma questão espiritual, pelo que só um membro da igreja estaria em condições de lidar com o problema.

O mais grave neste caso é de terem sido os próprios pais das crianças a levarem-nas à igreja, para serem submetidas a este tratamento. Sobre este hediondo crime, o director do Instituto Nacional para os Assuntos

Religiosos, Lisboa Santos, confirmou que a Igreja Evangélica Peenil está "devidamente legalizada" em Angola e encontra-se "representada em várias províncias do país", acrescentando, no entanto, que o instituto "interditou as actividades de culto desta igreja, até que seja proferida a sentença deste julgamento",

3.3 Crianças apelam ao fim dos maus tratos

Jornal de Angola...18/ 06/ 05

As crianças angolanas solicitaram ao Governo e aos seus familiares para criarem mecanismos eficazes tendentes a banir os distintos maus tratos, entre os quais as acusações de feitiçaria, expulsões de casa e colocá-las a vender nas ruas, garantindo-lhes um bem estar social.

Numa mensagem, por ocasião do Dia da Criança Africana, 16 de Junho, os petizes clamam por mais escolas, bibliotecas, jardins e parques infantis, distribuição de material e merenda escolar. Pedem para que sejam banidas as igrejas e punidas as pessoas que efectuam adivinhações e acusações de feitiçaria contra os petizes. Na óptica, delas, há uma necessidade da sociedade civil e o dos órgãos do Estado angolano velarem pela conservação dos direitos legítimos dos pequenos. "Pedimos ao Governo e outras em cidades de direito, em função dos maus tratos que temos registado, para trabalharem seriamente no sentido, de não haver mais casos idênticos de violência", solicitaram. Saliente-se que 75 crianças, maioritariamente órfãs e desfavorecidas, beneficiaram, em Menongue, província do Kuando Kubango, de beliches, colchões, cobertores, camisolas, chapéus, talherês, pratos, canecas, ovos, violas, televisor, aparelhagem de som, fogão, bem como alimentos (açúcar e arroz), uma oferta do Projecto Criança Futuro.

Em Luanda, o centro de acolhimento de meninas desamparadas Horizonte Azul/Camenhai do município de Viana, realizou actividades sócio-culturais e desportivas, onde teve interpretação de música infantil, poesia e partida de basquetebol. Acto semelhante decorreu na província do Uíje.

3.4 Em Angola governo não resolve problema dos adolescentes

Terra angolana...Março

Fundo das Nações Unidas de Apoio a População (FNUAP) estima em 13.000.000 a população de Angola, sendo a população adolescente de 2.530.000

habitantes, 23 por cento da população total. A manter-se até ao ano 2.020 o actual crescimento natural esta proporção será maior, representando um desafio social e económico enorme para um país que saiu de uma guerra de mais de 30 anos, pois é neste grupo que se faz grande investimento na socialização e formação profissional.

Estima-se que 18,7 por cento da população mundial é adolescente (10 a 19 anos), constituindo os adolescentes 13,7 por cento da população dos países desenvolvidos em 20,1 por cento da população dos países em desenvolvimento. Encontra-se nos países em desenvolvimento 991.617.000 adolescentes, o que corresponde a 85 por cento dos adolescentes do mundo. Segundo alguns experts dizem que a adolescência é o período de transição para a maturidade física e social. Desenvolve-se entre a infância e a idade adulta e geralmente enquadra os indivíduos entre os 10 e os 19 anos. Nas sociedades industrializadas, fruto das exigências modernas de educação e treino formal longo, a adolescência é subdividida em três fases: 10-14, 15-17 anos e 18-19 anos.

No pós independência, os adolescentes e jovens principalmente os dos centros urbanos viveram momentos importantes onde investiram a sua enorme energia criadora. Nessa altura o país viveu o "enquadramento escolar massivo", "os jogos da África Central", "as campanhas de alfabetização", esforço este reconhecido com o Prémio UNESCO para Angola, as campanhas de vacinação anti - pólio, só para dar alguns exemplos do envolvimento deste grupo na vida nacional. No entanto, gradualmente, foi esmorecendo a dinâmica existe e pouco a pouco os adolescentes foram deixados criadora. Nessa altura o país viveu o "enquadramento escolar massivo", "os jogos da África Central", "as campanhas de alfabetização", esforço este reconhecido com o Prémio UNESCO para Angola, as campanhas de vacinação anti-pólio, só para dar alguns exemplos do envolvimento deste grupo na vida nacional. No entanto, gradualmente, foi esmorecendo a dinâmica existe e pouco a pouco os adolescentes foram deixados entregues a si próprios.

Muitos têm sido os problemas que têm contribuído para a situação actual dos adolescentes, entre eles ressaltamos a guerra, a excessiva centralização do aparelho de Estado e instituições, a falta de investimento no sector social, e o não redimensionamento organizativo e funcional das instituições aos recursos já escassos e o não envolvimento de outros sectores essenciais na abordagem das questões dos adolescentes como a família e a igreja. Na óptica desses experts a

adolescência apresenta as seguintes características: inicia com a puberdade época em que, na sequência de alterações hormonais, se regista um salto de crescimento. No decurso deste período observam-se mudanças nítidas na altura, formas do corpo, acentuam-se as diferenças entre os rapazes e raparigas e se expressam as alterações emotivas, ansiedade e curiosidade sexual.

Ocorre no tempo de forma desigual entre rapazes e raparigas. Nos rapazes ocorre num leque de 5 anos (11-16 anos), enquanto que nas raparigas ela inicia em média dois anos mais cedo e dura um pouco menos tempo. Do ponto de vista legislativo o seu limite de idade é determinado pelo momento a partir do qual o indivíduo é julgado apto a ocupar-se dos seus próprios assuntos. Este limite é variado assumindo os valores entre os 16-21 anos em diferentes sociedades. É o limite inferior da idade para o casamento, para a responsabilidade penal, direito a voto, entrada no serviço militar, acesso às bebidas alcoólicas, emprego, etc. Para o adolescente vencer com sucesso o desafio da passagem da criança ao adulto saudável e produtivo, tem que encontrar na família o amor, carinho, alimento, roupa, abrigo, segurança, informação, em suma, o apoio para o seu crescimento e desenvolvimento. A tendência de crescimento deste grupo na população (em valor absoluto e proporção) vai-se manter elevada principalmente nos países a sul do Saara onde o incremento da população dos 10-24 anos entre 1990 a 2020 é estimada em 125 por cento. Só com o advento da transição demográfica nestes países é que a proporção de adolescentes na população se vai alterar e diminuir.

FNUAP e o Instituto Nacional de Estatística (INE), estimam que em Angola os adolescentes sejam cerca de 2.530.000 habitantes, representando 23 por cento da população do país, isto é, mais 3 por cento que a média dos países em desenvolvimento. Constatamos que 1/5 (498.334) dos adolescentes do país se encontram em Luanda e que a população de 10 a 19 anos responde por 30 por cento da população de Luanda.

MERCADO DE EMPREGO NÃO LHES É FAVORÁVEL Mercado de emprego apresenta as seguintes características gerais: forte concentração da população economicamente activa na economia informal, sector produtivo paralisado, concentração de população nas zonas urbanas vindas do interior do país (força de trabalho pouco ou não qualificada) e taxas elevadas e crescente desemprego e sub emprego.

A Direcção Nacional do Emprego, do Ministério do

Trabalho Emprego e Segurança Social, calcula que a força de trabalho emergente a partir dos 15 anos de idade, com a procura do primeiro emprego, atingirá valores superiores a 300.000 postos de trabalhos/ano e há uma capacidade de resposta é

Inexistente No inquérito do INE sobre o emprego e desemprego na cidade de Luanda, constatou-se que o grupo dos 15-19 anos responde por 48,9 por cento da população economicamente activa desempregada. O desemprego neste grupo etário penaliza os rapazes com uma razão de sexos de 178,3 por cento. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância concentração da população economicamente activa na economia informal, sector produtivo paralisado, concentração de população nas zonas urbanas vindas do interior do país (força de trabalho pouco ou não qualificada) e taxas elevadas e crescente desemprego e sub emprego.

A Direcção Nacional do Emprego, do Ministério do Trabalho Emprego e Segurança Social, calcula que a força de trabalho emergente a partir dos 15 anos de idade, com a procura do primeiro emprego, atingirá valores superiores a 300.000 postos de trabalhos/ano e há uma capacidade de resposta é inexistente. No inquérito do INE sobre o emprego e desemprego na cidade de Luanda, constatou-se que o grupo dos 15-19 anos responde por 48,9 por cento da população economicamente activa desempregada. O desemprego neste grupo etário penaliza os rapazes com uma razão de sexos de 178,3 por cento. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), diz que as crianças angolanas, estão a crescer em habitações precárias sem água potável, saneamento básico, e com condições de sobre lotação e promiscuidade elevadas, em famílias com rendimentos baixos e irregulares, em que o número de membros dependentes é elevado, bastantes vezes chefiado por mulheres, analfabetas ou de baixo nível de escolaridade que não conseguem proteger o crescimento e desenvolvimento dos filhos. A criança pequena é alvo na infância de inúmeros problemas de saúde, malária, doenças diarreicas agudas, doenças respiratórias agudas, sarampo, desnutrição, meningite, tétano e paralisia infantil.), e quando sobrevivem arrastam para a adolescência as sequelas dos incidentes de saúde contraídos na infância (cegueira, surdez, paralisias, atraso mental.), com a sobrecarga social e sanitária extremamente importante que daí resulta. Não social, energias enquadramento profissional das dos adolescentes e jovens geram um sentimento de exclusão social, frustração e de ausência de futuro que se traduz em violência, criminalidade, acidentes, abuso do álcool, consumo do tabaco, toxicomania e outras perturbações mentais com um custo social de reabilitação extremamente elevado. Para

responder aos problemas de saúde actuais dos adolescentes, o Ministério da Saúde não tem qualquer condição. A rede sanitária rural foi desarticulada pela guerra e pela impossibilidade de circulação em grande parte dos municípios rurais do país. Além disso, a população adolescente dificilmente recorre às unidades sanitárias quando tem necessidade.

Algumas vezes o acesso a serviços é condicionada à autorização dos pais, encarregados de educação ou maridos, outras vezes os jovens e adolescentes desconhecem os potenciais de apoio institucional e de serviços disponíveis, outras vezes ainda, há problemas de acesso económico a serviços, ou timidez e receios ligados à privacidade da prestação dos serviços médicos.

3.5 Perseguidos por lealdade

Agora...18/ 06/ 05

Professores a sofrer ameaças de perda de emprego na Lunda Norte e no Bengo por, alegadamente, serem leais ao Sindicato Nacional de Professores (SINPROF) o SOS vem expresso num comunicado distribuído em Luanda pelo Secretariado Nacional do Sindicato Nacional de Professores no qual manifesta o seu protesto contra o facto de trabalhadores do ensino, em particular membros deste sindicato, estarem a ser alvo de insistentes ameaças de despedimento.

O comunicado, assinado pelo secretário-geral do sindicato, Manuel Victor Pereira, refere que tudo está a acontecer, alegadamente, em retaliação à lealdade dos visados para com a classe profissional a que pertencem, o que, acrescenta, «há mais de 12 anos depois da aprovação da Lei sindical e da greve, diplomas importantes dentro dum pacote legal que deveria marcar uma abertura democrática na passagem da primeira e da segunda República», representa um contra-senso. O secretário-geral provincial do SINPROF na Lunda Norte, Zeferino Miúdo, um dos visados, está há quatro meses sem receber da direcção do Instituto Politécnico do Nordeste, escola onde lecciona, o seu horário de professor, alegadamente por ele ter desmascarado uma suposta fraude de pauta na avaliação final deste estabelecimento de ensino.

Apesar de Miúdo tê-lo feito na qualidade de professor, na óptica do SINPROF nacional, está a pagar por ser dirigente sindical. Fonte do sindicato em causa disse, por outro lado, que com Zeferino Miúdo estão afectados pela mesma situação 50 outros trabalhadores de ensino, fazendo ainda saber que está em curso naquela parcela uma greve, desde o dia 26 de Maio.

Situação igual vivem os professores do Bengo onde o Governo da província e respectiva Delegação Provincial da Educação são acusados, pelo SINPROF, de ameaçarem despedir professores, igualmente em retaliação pela sua acção reivindicativa. O Comunicado que refere o facto avança que seis professores da Escola 306, em Caxito, terão sido suspensos no dia 13 de Junho por, alegadamente, neste mesmo dia terem participado numa reunião convocada pelo SINPROF, realizada no Instituto Médio Kimamuenhu se, por outro lado, que com Zeferino Miúdo estão afectados pela mesma situação 50 outros trabalhadores de ensino, fazendo ainda saber que está em curso naquela parcela uma greve, desde o dia 26 de Maio.

Situação igual vivem os professores do Bengo onde o Governo da província e respectiva Delegação Provincial da Educação são acusados, pelo SINPROF, de ameaçarem despedir professores, igualmente em retaliação pela sua acção reivindicativa. O Comunicado que refere o facto avança que seis professores da Escola 306, em Caxito, terão sido suspensos no dia 13 de Junho por, alegadamente, neste mesmo dia terem participado numa reunião convocada pelo SINPROF, realizada no Instituto Médio Kimamuenhu. Trata-se dos professores Domingos Mussunda, João Sebastião Bengue, Laufinda Mabilia, Luísa da Conceição João, Nelson Tumba e Innácio Matoso de Andrade, cujo despacho de suspensão foi assinado pelo delegado provincial da Educação, alegadamente sob ordens do governador local Jorge Dombolo.

O secretário-geral do SINPROF considera que se está perante uma grave ofensa aos direitos dos trabalhadores, prometendo, por isso, lançar mão dos recursos que a lei lhe confere para a reposição da justiça e da moralidade. O comunicado apela à solidariedade de todas as forças vivas da sociedade.

4 TERRA E HABITAÇÃO

4.1 Zango vai realojar mais três mil famílias

Jornal de Angola...11/ 06/ 05

A Segunda fase do programa de emergência habitacional do Zango, que teve início no princípio do ano, prevê o realojamento de mais três mil famílias, provenientes do bairro da Boavista, garantiu ontem, Job Capapinha, governador de Luanda.

De acordo com Job Capapinha, o realojamento será feito gradualmente. Recordou que as habitações estão a ser construídas faseadamente, estando já previsto, para o final do mês, o acomodamento de 600 famílias na comuna no Zango. "Estão já cadastradas as pessoas da Boavista, do Palácio e Sopé, pois pensamos que na medida em que estiverem concluídas as casas o realojamento será feito", adiantou.

Ademais, Job Capapinha disse que para não haver "infiltrações" de pessoas ou de indivíduos oportunistas, que anteriormente já beneficiaram, tão logo as famílias começam a ser realojadas será feita a demolição das cubatas onde antes residiam.

"A área será vedada, isto para não permitir que pessoas sem senso e que já foram contempladas casas, voltem a construir na Boavista. O Governo Provincial de Luanda está a atento a esta reprovável atitude e vai imprimir os seus mecanismos, com base na lei, para pulir severamente os prevaricadores", garantiu Job Capapinha. Saliente-se que, a construção das três mil casas, de média renda, com os seguintes compartimentos: três quartos, uma sala, cozinha e quarto de banho, está orçada em 18 milhões de dólares, financiada por uma linha de crédito do Governo brasileiro, cujo valor foi atribuído a empresa de construção Odebrecht,

empreiteira geral das obras. Para além das casas estão a ser erguidas no local algumas infra-estruturas Odebrecht, empreiteira geral das obras, como fontanários, postos de iluminação pública, rede de esgotos, água, telecomunicações e um instituto poli técnico, afecto ao Mapess, e um outro instituto médio público.

O programa de emergência social visa, dentre outros, realojar algumas famílias que estão em zonas de perigo como é o caso da Boavista, Kinanga, Socorreia, Palácio, Floresta, Ilha do Cabo, bem como aqueles que estão no centro da cidade e que devem merecer uma requalificação urbanística. Na opinião de Job Capapinha, o que interessa é a questão organizativa e não estrutural, e ter uma direcção coesa do programa, para que por via dela, se possa acompanhar toda orientação política existente, relativa a emergência do projecto. O governador frisou no local que um dos objectivos da visita era verificar como as obras da primeira fase habitacional Zango foram concluídas, assim como estão a decorrer a conclusão da segunda.

Note-se que, na Sapú, por exemplo, serão realojadas 1850 famílias provenientes das zonas da Kinanga e na Floresta da Ilha de Luanda.

4.2 Debate "quente" à volta das terras da Quiçama

Agora...18/ 06/ 05

A questão da coabitação entre a Administração Municipal da Quiçama e a do Parque que também se encontra na mesma circunscrição terá sido debatida esta sexta-feira na localidade de Cabo Ledo, província do Bengo a o "Workshop sobre as terras das famílias nos parques", a administração municipal sob liderança de Januário Bernardo convidou o engenheiro Fernando Pacheco, da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

Com esta iniciativa, a administração municipal da Quiçama pretende encontrar espaço de manobra para a definição de estratégias que contribuam para a regulamentação da Lei de terras em áreas onde haja parques para a protecção dos selvagens. Em Março último, o administrador Bernardo Januário veio em defesa dos interesses do desenvolvimento da sua área de jurisdição quando um criador de gado, por alegada ameaça aos animais do Parque viu-se perante o dilema de remover as suas manadas que se encontravam em Cabo Ledo, cerca de 80 quilómetros da linha de delimitação das espécies selvagens. O administrador chegou mesmo a dizer que não havia nenhum

inconveniente na criação de animais domésticos naquele lugar já que para lá da preservação das espécies de animais selvagens, havia outras prioridades como a exploração de petróleo, ferro, manganês, entre outras riquezas da região que melhor poderiam contribuir para o desenvolvimento do município, hoje por hoje, confrontado com a falta de infra-estruturas, básicas e pobreza. A população não bebe água potável.

Não há estradas que permitam o acesso aos lugares recônditos do município, enfim, a situação em Quiçama requer investimentos de vulto. "A intransitabilidade das vias impossibilita a execução dos programas em benefício da população. Temos áreas onde não passa um carro há 20 anos. Noutras só é possível chegar através de viaturas todo-terreno ou ainda por meio de canoas que não transportam nada. É um grave problema que urge ultrapassar", disse o vice-presidente da União dos Naturais e Amigos da Quiçama (UNAKISAMA), Ribeiro António. Esta organização não-governamental associou-se recentemente ao programa da Administração Municipal para assinar a passagem do 67º aniversário do município que se assinala no próximo dia 2 de Julho. Ribeiro António, algo optimista acha que a actual administração tem uma visão das coisas mais refinada que permite hoje ao cidadão encarar o futuro com mais optimismo.

"O elenco da administração é novo mas já estamos a notar algumas melhorias no modus vivendi da população", referiu Ribeiro, acrescentando que a ONG de que é responsável adjunto tudo vai fazer para encorajar as autoridades no sentido de prosseguirem a luta na busca de alternativas para a reparação das estradas, fazendo com que as pessoas, a breve trecho consigam chegar facilmente por terra e por via fluvial, ao município.

4.3 Casas da Boavista correm risco de desabar

Jornal de Angola...19/ 06/ 05

Várias casas construídas no chamado "Morro dos Bois", na zona da Boavista, município do Sambizanga, Luanda, correm o risco de desabar, caso não se tome medidas urgentes.

A zona do "Morro dos Bois" está situada na parte mais baixa da Boavista, defronte ao Porto Pesqueiro. A maioria das moradias foram erguidas numa zona de inclinação acentuada, daí o risco de desabamento. As casas, na sua maioria feitas de adobe, estão a degradar-se lentamente. Algumas ruíram com as últimas chuvas

que caíram sobre Luanda, causando a morte de pelo menos uma criança, que ficou soterrada nos escombros, segundo informações dos moradores. Para evitar outras situações desagradáveis no local, os moradores, segundo disseram, solicitaram já a Administração municipal a sua transferência para uma área de maior segurança, mas até agora não obtiveram nenhuma resposta.

"Nós queremos sair daqui o mais rápido possível, por que a situação não é das melhores. Para tal, queremos que o Governo nos ajude no que for necessário", afirmaram. Contactados pela Angop, uma fonte da Administração do Sambizanga disse estarem atentos a situação, mas que a solução depende das estruturas provinciais.

Os moradores do Morro dos Bois, em número ainda não determinado, são maioritariamente deslocados de guerra, provenientes das províncias do sul do país.

4.4 Aumento da renda dos imóveis

Angolense...25/ 06/ 05

Já há muito que está passado o tempo do monopartidarismo e o seu demagogo sisa de subvenções. O Estado, naquele sistema, arcava com a maioria das despesas das pessoas e as pessoas eram apenas obrigadas a pagar simbolicamente. Face à mudança dos novos tempos, algumas pessoas reagem com dificuldade.

É o que se passou quando Adriano da Silva, director para as políticas habitacionais do Ministério do Urbanismo e Ambiente anunciou no início da semana finda que o preço das casas e demais imóveis do Estado era irreal, pelo que se afigurava urgente o reajustamento. Adriano da Silva participou num seminário metodológico daquele ministério que reuniu em Luanda quadros técnicos e responsáveis para abordarem a problemática questão da alienação do património do Estado. No entanto, houve alguma contenção neste tipo de declarações, por várias razões. Porque se está em época pré-eleitoral, e porque o nível de vida em Angola não é compatível com aquilo que deveria ser o custo justo e real dos imóveis do Estado. «Os que tiverem um rendimento abaixo da média e residem nas áreas consideradas nobres da cidade terão um tabela mais elevada», disse àquele responsável ministerial. Ainda à luz do espírito eleitoralista, o encontro abordou questões candentes que têm suscitado e intrigado importantes sectores da opinião pública, com destaque para os jovens. Assim, naquele

encontro reprovou-se a situação actual do mercado imobiliário que vive momentos de bastante especulação e preços bastante distorcidos da realidade. No entanto, alguns economistas contactados por esse jornal concordam com esse aumento, na medida em que permite que o Estado angolano tenha mais uma forma de aumentar as suas receitas por via de impostos junto da população.

«Os preços praticados pelo Estado são absurdos, se olharmos para aquilo que é o nosso mercado. Não que o Estado deva praticar preços como os do mercado que são absurdos, mas porque permite também ao Estado aumentar as suas receitas». Para essas fontes, fica então assente a necessidade de o Estado angolano reajustar os preços, sem que se saiba ao certo, quais serão os valores desse reajuste.

4.5 Crescem conflitos de terras

folha 8...25/ 06/ 05

O ancião Manuel João, 58 anos de idade, reclama pela posse de um terreno no Kikuxi que diz ter adquirido e legalizado em 1986, mas que, desde Fevereiro do corrente ano foi vedado por outras pessoas.

Numa altura em que o Ministério do Urbanismo e Ambiente realizou o seu primeiro Seminário Nacional sobre a Venda e Alienação do Património do Estado, o grito e lamentações dos autóctones que se sentem vítimas da arrogância de quem detém o poder, continuam como o cantar do galo.

Hoje, a posse de uma parcela de terra na capital do País requer o apertar do cinto. A Lei de Terras aprovada em Agosto do ano passado pela Assembleia Nacional, tem um cariz colonialista, em que os menos iluminados são penalizados quando as suas parcelas são cobiçadas por alguns indivíduos ligados à elite do Estado. E a posse de terra deixou de ser o bem maior dos verdadeiros autóctones nesta Angola degradada, com o princípio do mais forte sempre se impor. A configuração da geografia angolana deixou de ser a referencia cultural dos povos, vistos que nos últimos anos com o agravar da situação social e o desenvolvimento da guerra, provocaram o surto demográfico jamais visto na história de Angola. Muitos deixaram as terras de origem para procurar segurança financeira, política e social nas cidades do litoral. No passado histórico do povo angolano, o simbolismo da terra andava pelos tempos através das categorias da consanguinidade e hereditariedade. O Bantu tem a terra como pertença, hoje as tradições são vistas como sendo o opróbrio das sociedades no mundo moderno. Nos tempos que correm, a exemplo dos europeus, a terra é pertença de

quem detém o capital financeiro e muitas vezes tais elementos não necessitam de conhecer a terra de que se arrogam escrituralmente o direito de pertença, mesmo se durante vários anos alguém tenha exercido num determinado espaço as suas actividades.

Talvez porque a aprovação da Lei de Terras foi aprovada à pressa, implantou-se o conceito de que o dinheiro manda, estabelecendo a defesa dos latifúndios dos membros do poder político o direito de aquisição fácil em detrimento do resto. Estranhamente, sem que tenha havido um encontro prévio, Manuel João viu o terreno que reclama ser sua pertença a ser vedado sem saber quem teria feito, visto que no ano de 1986, adquiriu a propriedade do mesmo, através da administração municipal de Viana. A documentação foi dada pelo Centro de Apoio a Cintura Verde do Kikuxi. O espaço em causa está calculado em 3 hectares segundo o croquis de localização apresentado por Manuel João. Manuel João admitiu ao Folha.8 que desde 1986 que tem vindo a cultivar a terra no Kikuxi. "Desde que recebi a documentação que me confere ser o proprietário daquele espaço, trabalho nele e tenho testemunhas que podem responder por mim". Em 2004, referiu o nosso interlocutor que "com a avaria do meu camião cisterna que me apoiava para a irrigação do terreno, o terreno ficou praticamente abandonado", disse, acrescentando por outro lado que em Fevereiro do corrente ano, voltou para visitar a "sua" propriedade mas encontrou o terreno vedado. Diante de tal realidade recorreu ao Gabinete de Aproveitamento hidroeléctrico do Kikuxi para averiguar os factos e foi informado pelo director da referida instituição, Salomão Manuel de que o terreno foi adjudicado à deputada Albertina do MPLA. Mas Manuel João não arredou pé e fixou no local uma placa para advertir que o terreno tinha um proprietário. "Mas quando Salomão se apercebeu mandou-me embora e pediu-me para nunca mais aparecer por lá ,acusando-me de ter falsificado a documentação que lhe apresentei", disse. O nosso interlocutor adiantou a este bissemanário que se trata de uma cabala de gigantes deste País em que o pobre é cada vez mais pobre. "Eu tenho as contas dos impostos industriais em dia e não devo nenhum, como é possível a minha propriedade me seja retirada desta forma", lamentou Manuel João, que garantiu não desistir de fazer os seus trabalhos de agricultura, já que o seu camião já está recuperado. A falta de meios financeiros foram a condição maior que dificultou o não investimento do espaço, avançou o ofendido. Por isso apelou aos órgãos competentes de apurar os factos procurando os arquivos dos registos anteriores. O Folha 8 contactou Salomão Manuel, o novo inquilino do Gabinete de Aproveitamento do Kikuxi, do qual obteve um breve esclarecimento dos factos, prometendo que nos próximos tempos a situação será es-

clarecida.

"Acredito que ouve a documentação apresentada por Manuel João requer um tratamento adequado e a reavaliação do espaço que ele reclama ser sua propriedade. Ora, o governo concedeu-o a Albertina, deputada à Assembleia Nacional, pela bancada do MPLA", declarou, defendendo por outro lado que praticamente os documentos que Manuel João apresenta podem ser falsos. Dentro deste quadro, o Estado angolano com a nova lei de Terras vai dar legitimidade aos poderosos sobre as terras, prejudicando os mais pobres. Existem muitos conflitos de terras em Angola que ainda não foram ultrapassados.

Contudo, todo o cuidado é pouco analisando esta problemática, pelo que ainda é possível rever a actual lei e enriquece-la pela dimensão do País que é Angola.

5 SERVIÇOS BASICOS

5.1 Luanda tem 5 novas centrais de tratamento de água

Jornal de Angola...02/ 06/ 05

O governador provincial de Luanda, Job Capapinha, procedeu ontem, a inauguração de cinco "centrais de capacidade e tratamento de águas subterrâneas", nos municípios da Samba e Maianga que vai beneficiar mais de 6 mil famílias, das quais três se encontram implantadas no município da Samba, no bairro do Benfica, nas zonas do Luquembo, Jacaré e Sossego. Enquanto que as outras duas vão beneficiar os bairros do Kantinton e Antonov 57.

Orçada em 120 a 150 mil dólares, cada central produz diariamente 50 mil litros de água para o uso doméstico, facilitando a vida de muitas famílias que percorriam mais de três, quilómetros para acarretar o precioso líquido. A construção destas centrais, se enquadra no âmbito do Programa de Investimento Público do Governo da Província, que prevê a construção de mais 15 centrais nos municípios de Viana, Sambizanga, Cacuaco e Kilamba Kiaxi, com vista a melhorar o abastecimento de água em zonas que não possuem canalização da água. Segundo, Job Capapinha, entendeu-se inaugurar as centrais neste mês porque, achamos que servirá como prenda singular às crianças neste dia Internacional dedicado a elas.

"Esperamos que se sintam bem e façam um aproveitamento para manter a estrutura bem conservada. Pedimos também a comissão de moradores no sentido

de prestarem uma grande atenção as centrais que produzem o precioso líquido para as populações"; frisou. O bairro do Jacaré existe há mais de 10 anos e anteriormente, para conseguir-mos a água tínhamos de percorrer mais de quatro quilómetros, conta Maria Dala de 62 anos, adiantando que vive naquele bairro há 9 anos devido a guerra, "abandonei Malanje como não tinha por onde ficar preferi construir aqui a minha casa", fala com um semblante sorridente.

"Estamos muito felizes, vivemos aqui há mais de 8 anos e tínhamos de percorrer longas distancias para acarretar água" frisou a moradora do Katjnton, Ana Celeste. Para alcançar o lençol de água é necessário perfurar a terra até cerca de 150 a 160 metros de profundidade. A perfuração leva duas a quatro semanas, segundo a representante da empresa empreiteira Agrobial "Sociedade Comercial e Industrial Angola", Abra Suquete.

"Após encontrar o lençol de água, é instalada uma moto-bomba que fundona através de um gerador e posteriormente, a água bruta passa por um processo de tratamento", explico. Alzira Suquete sustentado que nem todo tipo de sol resulta em sucesso.

5.2 ELISAL deita ao lixo 75 mil dólares

Folha 8...11/ 06/ 05

Setenta mil dólares norte americanos desapareceram dos cofres da empresa de limpeza e saneamento básico de Luanda (Elisal), com a cobertura do director geral Afonso de Antas Miguel, apurou este semanário de fonte ligada à direcção da empresa.

A fonte precisou que o homem de mão desta acção é Teimo Eduardo Bastos Castelo branco ou simplesmente Mito, que era desde Janeiro o homem forte do departamento dos serviços gerais da Elisal, concretamente na área de importação e compras. Mito, como era conhecido na empresa, substituíra em Janeiro último o Sr. Elísio no quadro da restauração que o actual director geral, Afonso de Antas Miguel, vem fazendo no que toca ao afastamento de todos os trabalhadores que ocuparam cargos de chefia na antiga direcção. No quadro dessa acção ele já exonerou todos os elementos chefes da direcção cessante, a começar pelo director administrativo e financeiro e terminar no chefe de departamento dos serviços gerais. Segundo a fonte, logo na primeira oportunidade que Antas Miguel deu a Teimo Eduardo Bastos Castelo branco para desalfandegar algumas viaturas e contentores de mercadorias, o "rapaz" pegou no dinheiro e

rapidamente desapareceu sem deixar qualquer rasto. «Alguns elementos da direcção geral já foram a sua casa, mas nada dizem, e os vizinhos asseguram que já não o vêem há uns tempos». Alguns trabalhadores confirmaram a este Bisemanário que o director geral, ficando a saber da situação, dentro da empresa começou por ignorar todos os que aludiam à questão e ameaçou que quem divulgasse este assunto à imprensa teria problemas graves.

Mas os que abriram a boca vão mais longe, alertando que, com o afastamento do antigo director geral, todos esperavam algumas melhorias salariais, assim como regalias sociais, o que não vem acontecendo, passados mais de seis meses da sua tomada de posse como director geral, Antas Miguel fecha-se em copas, Dizem ainda os funcionários que ele era director adjunto da Urbana 2000 e que "urbanizou" a Elizal, dando como exemplo a exoneração do Dr, Gama, antigo director administrativo e financeiro, substituído pelo Sr, Queta, que ocupava o cargo de chefe da área de informação da Urbana. E os meios da extinta Urbana 2000, que deveriam passar para a Elisal, não foram entregues, conforme determina a directriz do Conselho de Ministros, «Todas as pessoas que estão a vir de fora são chefes, até uma jovem que ainda não está na empresa há três meses, já é chefe de secção de finanças. Agora, há vezes em que na empresa até falta chá e açúcar, o que na antiga direcção não se verificava. Existem áreas em que quase não há trabalho, porque o director mandou cancelar tudo, nos serviços gerais quase não se faz nada. E quase todos os que lá estão saíram de outras áreas, e o resultado é que há muita gente e pouco trabalho», lamentaram, Para a fonte, na área de comunicação e imagem o cenário é o mesmo. Afonso de Antas Miguel quando chegou à empresa, como se não bastasse mandou cancelar todos os spots publicitários que estavam a ser emitidos nos meios de comunicação social. Anulou o programa de rádio que saía às quintas-feiras na Rádio Luanda e proibiu também a publicação do boletim informativo da empresa, o Folha 8 foi ouvir a versão de Afonso de Antas Miguel, que nos recebeu no seu gabinete, dizendo apenas que não poderíamos publicar a matéria relacionada com a empresa que dirige enquanto ele não fosse ouvido.

Mas acrescentou que naquele momento tinha que se ausentar e pôr-se a caminho de uma reunião agendada, e tão logo terminasse a reunião contactaria o articulista. Mas passou quase um mês e o prometido contacto nunca chegou a ser efectivado.

5.3 Vida de cão no palanca

Angolense...11/ 06/ 05

Implacavelmente, flagelados pelo vento do destino sombrio, a maior parte dos moradores do bairro são refugiados, deslocados e desmobilizados de guerra. Dentre estes uma parte significativa são estropeados. Destes a maioria perdeu o membro inferior durante o longo conflito armado, que dividiu os irmãos angolanos então desavindos durante 27 anos de guerra civil.

Situado há 20 kms de Luanda, e 2 a 4 quilómetros da estação de comboio de Viana, pela borda esquerda no sentido ascendente, se ergue um bairro, a norte de Viana, o Capalanca. Transportes públicos, No autocarro que nos conduz até ao local, apinhado de gente, um jovem vende rebuçados e duas senhoras vendem frutas, Abacates e fruta pinhas, entre o empurra empurra e encontrões entre passageiros e passageiras, numas "massemas" não programadas, num descompasso contrário ao da rebita bem afinada. "Abacates e fruta pinhas. Cada dez", diz a jovem corcunda, regressada empoeirada do .ofício duro da zunga. Uma realidade que chama atenção do repórter.

"A minha sogra pensa que sou da Sonangol. Afinal só financeiro dos zungueiros",- zomba o jovem fugido de Malange. "Eu deixo sempre 1000 kwanzas para a minha mulher todos os dias" ,- gaba-se .o jovem vendedor. Um orçamento familiar de 30 mil kwanzas dias. Verdade ou mentira, mais ele não andará em menos de 15 mil kz pelo negócio diário que faz da venda de rebuçados no interior dos autocarros e não só...

O vendedor veio de Malange. Desempregado diz ter se habituado a vida de ambulante. "Já é conhecido, não paga bilhete aqui no autocarro", dizem os circunstantes, habituais utentes dos autocarros que servem a zona. Os moradores gabam-se dos transportes públicos compensam mais os autocarros. Embora na última semana a via da TCUL viu-se reduzida a cinco autocarros articulados, contra os 12 habituais que servem a linha, o que constituiu um autêntico transtorno para os utentes. Mais de três linhas e três empresas de autocarros servem a zona, para além dos hiaces e dos táxis da "CGS" que cobram 45 kwanzas do Término no km 20 ao Grafanil/Bar, enquanto os candongueiros grosso modo ficam-se pela Estalagem, encurtando a via e ganhando mais cinco kwanzas, num verdadeiro assalto aos bolsos dos passageiros. Há quem mesmo, sem escrúpulos, faz Grafanil- Estalagem e daí até ao término.

Educação. A rede escolar é deficitária e muitas crianças não conhecem a escola. Eduardo Júnior viu e desejou-se para pôr os filhos a estudar. Decidiu matriculá-los num colégio, o Tundulu, que nem WC tem. Só tem

duas salas de aulas. Paga mensalmente 1500 kwanzas de propinas pelos dois filhos. À entrada pagou igual quantia em Fevereiro último, para a inscrição. No mesmo bairro encontrasse a Universidade Piaget, mas não se nota o impacto real desse projecto universitário no seio daquela comunidade carente. Antes pelo contrário, a nossa reportagem apurou que a direcção da universidade mandou demolir residências que se encontram nas suas proximidades.

Muitas são as crianças que não estudam, dedicando-se a trabalhos domésticos, traquinices ou mesmo ao trabalho infantil, explorado por familiares ou terceiros, nomeadamente, vendedeiras do mercado. Muitos meninos vendem bolachas. "São 10 kwanzas o pacote kota", diz um petiz que aparenta ter os seus dez a 12 anitos.

ALGUNS COLÉGIOS E ESCOLAS (EXPLICAÇÕES) Uma dessas escolas privadas cobra a mensalidade 800 kwanzas para a primária, enquanto a entrada é 500 kz; para o segundo nível cobram 800 kwanzas a entrada e a mensalidade 1000 kwanzas. Eles parecem viver apenas das propinas dos alunos, pois ao fim do mês se os alunos atrasam em pagar, os professores ficam sem salários. A direcção proíbe o acesso dos faltosos às aulas, ainda que estes invoquem razões poderosas como o atraso dos vencimentos dos encarregados de educação. Num outro colégio regista-se até o "luxo." do transporte dos petizes de casa à escola e viceversa, por via de um Hiace "azulinho".

ASSISTÊNCIA SANITÁRIA cobra a mensalidade 800 kwanzas para a primária, enquanto a entrada é 500 kz; para o segundo nível cobram 800 kwanzas a entrada e a mensalidade 1000 kwanzas. Eles parecem viver apenas das propinas dos alunos, pois ao fim do mês se os alunos atrasam em pagar, os professores ficam sem salários. A direcção proíbe o acesso dos faltosos às aulas, ainda que estes invoquem razões poderosas como o atraso dos vencimentos dos encarregados de educação.

Num outro colégio regista-se até o "luxo." do transporte dos petizes de casa à escola e vice-versa, por via de um Hiace "azulinho".

ASSISTÊNCIA SANITÁRIA A maior parte dos moradores tem de caminhar mais de 5 kms a pé, inclusive parturientes às costas, se deslocarem ao Hospital municipal "Ana Paul a " ou ao Centro de Saúde na CAOP. Os serviços sanitários, regra geral, são postos de enfermagem privados, a maior parte dos quais clandestinos. O bairro não tem um centro de saúde. Alguns moradores recorrem à terapia tradicional. Além da administração de caseiros, há

quem conta com o concurso de um terapeuta tradicional retomado da RDC-Congo, próximo do vulgo "Janpo". Aqui nessa zona morrem sempre pessoas", disse Manuel Carlos, um antigo morador, referindo-se a uma certa mística que invade a realidade local. Muitas são as famílias que não recorrem ao enfermeiro ou médico, que segundo apuramos não existe nenhum no bairro. Preferindo o tratamento tradicional ou ervas, quando a coisa não resulta dá em óbitos. A julgar pelo índice de pobreza daqueles moradores, pois, muitos são os que raramente fazem as três refeições diárias, a taxa de mortalidade é alta. Fala-se também no local da existência de um cemitério clandestino, facto que não confirmamos. Um morador exemplifica que há dias um vizinho foi a enterrar e o regresso das pessoas que foram ao funeral não durou senão alguns minutos ou mesmo meia hora. O que o faz desconfiar da existência de um cemitério clandestino nas redondezas.

SANEAMENTO E URBANISMO Em relação às águas inquinadas, saneamento, urbanização e construção dirigida é quase tudo um bico de obra. "Da água da chuva não se fala" gabam-se os moradores. Seca, logo mal chove, salvo um ou outro charco que se cria, quando há muita enxurrada.

"A terra aqui é virgem", – disse-nos um morador. "Isto eram lavras", reforça dona Domingas, que comprou o terreno a 200 dólares em 1999. A pobreza urbana está patente na qualidade de água que se consome. Águas das cisternas abastecem a maior parte da área. A canalizada só se encontra em algumas raras quintas do tempo da outra senhora.

"Há dias fui cartar água aqui no tanque da vizinha e a água trazia uma barata. Já não "voltei ao local", diz o Edú Neto, de 12 anos, estudante da 6ª classe, num colégio local. De resto só mesmo águas dos tanques. Um recipiente de 25 litros custa 20 kwanzas. Para aqueles que se dedicam a auto-construção dirigida, têm que comprar para confeccionar 50 blocos, um balde de 100 litros, custa 100 kwanzas. O tamborão de 200 litros fica pelo dobro. Uma cisterna fica á volta de 6 a 8 mil kwanzas. Falando em construção, algo chamou-nos atenção: a urbanização e arruamentos. Os terrenos estão distribuídos em talhões e quarteirões. Dona Leonor refere que já conseguiu um terreno e está a concluir a construção da sua casa. Onde reside actualmente, o senhorio pede 100 dólares por uma casa, num dos subúrbios de Luanda, encravado entre a baixa e o musseque. Um terreno de 15 X 15 metros está ser vendido no Capoalanca por 1200 dólares; enquanto um relativamente maior, de 20 X 20 metros, está a ser vendido por mais de 2000 dólares. O forasteiro pode encontrar anúncios de venda nos muros

dos quintais ou plantados nos troncos dos embondeiros.

Localmente, a renda de casa pode ser paga, um anexo de um quarto e sala 1000 a 2000 kwanzas. Mais próximo do asfalto ficará aí por volta de 30 dólares. Falando ainda em preços, um detentor de um tanque de água, diz que vende religiosamente todos os dias o precioso líquido e o lucro compensa, -revelou. Os seus principais clientes são os que se encontram a erguer as suas casas que não são nada poucos, além dos vizinhos. Ganha-se por semana cerca de 3 mil kwanzas, o que já dá para manter as lides diárias da casa: limpeza, banhos, lavagem da roupa e alimentação,- disseram-nos. Em relação ao saneamento do meio ambiente, muitas famílias optaram por construir fossas, edificação de latrinas para os seus dejectos. Quanto ao lixo queimam e enterram, o que torna a zona, basicamente limpa. A única lixeira de monta que notamos resultado do facto dos serviços municipais não recolhem o lixo no término a tempo e horas levando a um cheiro fedorento por aquelas paragens. Notamos também gente a defecar ao ar livre por ali em pleno local público (pelo que quartos de banho públicos precisam-se por aquelas paragens) e as crianças a brincarem na lixeira à cata de "brinquedos", nomeadamente latas e garrafas.

ENERGIA ELÉCTRICA "A CONTA GOTA". Quanto à energia eléctrica a situação é realmente precária. A luz vem a conta gota, mas só para quem mora nas redondezas das empresas situadas na estrada de Catete. Nos mais de meia de dúzia de quarteirões, num raio de 2 a 3 quilómetros adentro, vive-se às escuras, "A luz aqui vem das fábricas", diz-nos um morador, acrescentando que, "há muito tempo que nos cortaram a luz, porque o pessoal aqui não paga, E ficam todos penalizados", enfatizou. A noite de longe ao longe vê-se uma lâmpada vinda dos ruidosos geradores.

(DES)EMPREGO, SUB-EMPREGO E CRIMINALIDADE. A fábrica ETA de tabaco não funciona faz tempo, bem como outras tantas que ficam nas redondezas. Como habitualmente, os moradores encontram no comércio informal o seu auto sustento, a par de pequenos negócios, como mecânica, bate-chapas e electricistas auto. A escuridão também estimula o crime. Mas um morador disse-nos que desde que a polícia instalou uma esquadra próximo do Piaget e instaurou os patrulheiros do giro, a criminalidade baixou muito.

"Aqui mesmo nessa rua era perigoso andar à noite", disse a nossa fonte. Um outro morador acredita que, o

desarmamento da população civil ajudaria ainda muito a reduzir o índice de criminalidade, porque às vezes ouvem-se disparos anárquicos, não se sabendo se existem vítimas inglórias ou não. Uma fonte policial afirma que recentemente dismantelaram um grupo que procedia a assaltos à mão armada. "Primeiro prendemos um dos suspeitos e depois os restantes do grupo caíram na rede", frisou a fonte. Do destino dado a esses marginais não reza a história. Mas, sabe-se que muitos assaltantes à mão armada já terão sofrido a "sanção" máxima, Conscientemente, foi no mesmo dia que uma alta individualidade do Ministério do Interior visitou a zona e a população foi obrigada a abandonar o mercado.

5.4 Pagar o lixo para aumentar o salário

Agora...25/ 06/ 05

O continua a ser uma «hidra de sete cabeças» para o Governo, aparentemente cada vez mais enfraquecido na batalha dos custos para a sua recolha são elevados, o que levou o Governo a partilhá-los com os cidadãos.

Criou a Lei de Compal Utentes nos Serviços Públicos de Limpeza e Saneamento iniciativa foi do Governo e prevê que os particulares passem a pagar pelos serviços de recolha e tratamento do lixo.

"Pretende-se com a presente proposta de lei passar de uma solução em que as operações e as despesas que hoje são assumidas na íntegra pelo Estado, para uma solução intermédia de comparticipação dos utentes nos custos da prestação de serviços por entidades privadas e munícipes", foi com estas palavras que o ministro das Finanças, José Pedro de Moraes justificou a iniciativa do Estado. Adivinha-se que muito ainda venha a ser dito a respeito da medida ora tomada, pois, vários sectores políticos, lá dentro mesmo da Assembleia Nacional (NA) não esconderam a sua desaprovação. O PiD, por exemplo, na voz da sua presidente, Anália de Vitória Pereira, votou contrapor considerar a tarefa de recolha de lixo e respectivo tratamento, bem como a própria educação do cidadão em matéria de saneamento básico ser da exclusiva responsabilidade do Estado. Por isso, ela considera que os cidadãos não devam ser sobrecarregados com encargos como os que a nova lei prevê.

Entretanto, as comissões especializadas da AN concordaram na forma como o Governo pretende efectuar a cobrança, alegando que "a taxa dos serviços de limpeza e saneamento a que se refere a lei em epígrafe deve ser cobrada conjuntamente com a do abastecimento de água, podendo a título excepcional

ser efectuada através dos serviços de electricidade". José Pedro de Moraes explicou, por outro lado, que tal lei visa a criação de uma taxa pelo serviço em causa, mas terá em conta a condição particular dos usuários, assim como a especificidade do lixo produzido numa determinada zona. Segundo disse, os residentes de áreas onde são mínimas as exigências de recolha de lixo ficarão desobrigados do pagamento da taxa. O governante deixou transparecer ainda que com esta lei o Executivo poupará perto de 72 milhões de dólares que anualmente gastava, mas que poderão agora ser aplicados em despesas sociais, designadamente o aumento salarial dos trabalhadores. Mesmo assim, a discussão da proposta de lei não foi pacífica, não tendo faltado quem estivesse contra. "Com que dinheiro os angolanos vão suportar essas medidas todas?", interrogou-se um deputado da FNLA, corroborado pelo seu colega do PRS, António Mwaxicungo, para quem, a limpeza é sim necessária. "Precisamos de viver num ambiente limpo, mas a questão é que o Governo, acredito, tem possibilidades para poder pagar os encargos necessários para manter esses serviços. É só rever bem a distribuição do produto interno bruto", manifestou. Os resíduos industriais, comerciais e hospitalares, de acordo com a lei, serão custeados de modo diferente ao dos resíduos comunitários. Cento e 27 votos asseguraram a aprovação da lei que cria assim a taxa de serviços de limpeza e saneamento, seis votos contra e duas abstenções.

5.5 Luandenses vão pagar pelo lixo

Semanário Angolense...25/ 06/ 05

A aprovação do novo modelo de gestão para a reestruturação do sistema de limpeza da capital do país em 2002 foi o primeiro sinal dado pelo Comité Permanente do Conselho de Ministros, encabeçado pelo Presidente da República, de que o Governo usaria todos os meios e formas para contrariar o avanço das enormes quantidades de lixo, que nos últimos tempos têm sido os principais inimigos dos governantes da capital.

Foi o lixo que soterrou, politicamente, o ex-governador de Luanda, Simão Paulo. E apesar das «profecias» do mais alto mandatário da Nação, José Eduardo dos Santos, de que poderia combatê-lo em seis meses, ele ainda é visível, em enormes quantidades, nas principais artérias da capital. O referido plano do Conselho de Ministros conferiu poderes à ELISAL para contratar outras empresas privadas para fazerem serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos, manutenção e expansão da rede de saneamento. Esse sistema pode

ser alargado a todo o território nacional. Na altura, aquele órgão colegial do Governo decidiu que o modelo de gestão recém-aprovado assentaria fundamentalmente, no princípio da com participação dos usuários nos custos do financiamento do sistema. A perspectiva é assegurar o equilíbrio entre os objectivos e interesses do Estado, da concessionária e dos usuários.

Trocado em miúdos, o Governo já reclamava há três anos o direito de todos os cidadãos comparticiparem das despesas que acarreta todo o processo de limpeza da cidade onde residem. E num ápice poupava mais de 70 milhões de dólares, valor que tem de empregar todos os anos para o combate do lixo só em Luanda. Esta cifra, considerada por muitos analistas como exagerada, foi avançada pelo titular das Finanças, na sessão em que foi aprovada a lei sobre a com participação dos usuários no financiamento dos serviços públicos de limpeza e saneamento. Tendo em conta os estragos políticos que o lixo tem provocado ultimamente nos círculos luandenses, a discussão e a aprovação da lei levantou ainda alguma controvérsia, inclusive por parte de alguns deputados do partido «maioritário». Mendes de Carvalho, do grupo parlamentar do MPLA, chegou mesmo a dizer em plena sala que «este projecto não vai funcionar» e as pessoas «vão pagar em vão»; tudo porque «não foram previstos todos os mecanismos de controlo e fiscalização da referida actividade antes do assunto ser analisado pelo plenário da Assembleia Nacional».

Apesar do Ministério das Finanças não ter ainda avançado ao público o montante que os cidadãos deverão pagar, uma fonte do *Semanário Angolense* ligada àquela instituição revelou que os luandenses terão de desembolsar perto de 400 kwanzas para a comparticipação no financiamento dos serviços públicos de limpeza e saneamento. Com essa engenharia, o Governo pretende aplicar o dinheiro que vai ser poupado na melhoria das infra-estruturas e, provavelmente, no incremento dos salários da função pública. Pelo menos essa foi a ideia com que ficaram os parlamentares do partido maioritário e os da oposição depois da explicação do ministro das Finanças, quando inquirido sobre o rumo que tomariam os mais de 70 milhões de dólares que o Estado angolano deixaria de despender por causa do lixo e do saneamento básico da capital.

Por outro lado, embora tenha sido encarado por uns como uma ideia bem pensada, outros questionaram a sua abrangência, mesmo a nível da província de Luanda, que vai servir de paradigma para que depois o sistema seja estendido a outras localidades por esta Angola fora. A capital enferma de muitas dificuldades

que poderão fazer com que esta intenção se torne num fiasco, razão pela qual o deputado Mendes de Carvalho, bem como Eugénio Manuvakola, da UNITA, defenderam outras medidas para conferir maior eficácia ao sistema.

Nota-se, por exemplo, que dificilmente o serviço terá grande abrangência uma vez que a cidade é formada maioritariamente pelos musseques, grande parte deles desprovidos de serviços de água e luz. Tendo em conta que os cidadãos devem dar a sua comparticipação quando efectuarem o pagamento da electricidade, provavelmente numa das agências da EDEL, pode chegar-se à conclusão que o número de pessoas que vão deitar a massa será inferior ao pretendido, porque grande parte dos musseques está à mercê das velas e candeeiros a petróleo, mesmo que estes paguem, não poderão desfrutar dos serviços das operadoras, uma vez que muitas destas zonas não são urbanizadas e não possuem vias de acesso que possam permitir a livre circulação das viaturas e do pessoal que vai fazer a recolha dos resíduos sólidos.

Entretanto, a situação será ainda mais complicada se levarem em conta o parecer da Comissão de Finanças do Parlamento, presidida pela deputada Joana Lina, que defende, por outro lado, que a referida taxa dos serviços de limpeza - não confundir com imposto - seja cobrada conjuntamente com a de abastecimento de água. Esta ideia está plasmada no parecer que a 5ª Comissão da Assembleia Nacional distribuiu. Provavelmente, os nossos deputados devem ter ficado distraídos e nem sequer reflectiram que nesta cidade as pessoas, para além das que vivem no perímetro urbano, têm mais acesso à energia eléctrica do que ao líquido precioso. Apesar dos benefícios que o documento aprovado pode trazer, na visão daqueles que votaram a favor da sua aprovação (ressalta-se aqui o facto de as duas principais bancadas parlamentares, MPLA e UNITA, terem convergido), na oposição houve quem pensasse de outra maneira. Anália Pereira foi uma das pessoas mais cépticas em relação ao projecto, tendo preferido ficar à margem. Na sua óptica, «o Governo está a furtar-se das suas responsabilidades e quer atribuí-las aos cidadãos».

Mas, como a própria líder do PLD sabe, «quando se pretende aprovar um documento na Assembleia Nacional não há remédio que consiga demover os deputados». E a lei foi aprovada na passada terça-feira, 21, aguardando-se apenas pela sua promulgação.

5.6 Populares perigam distribuição de água em Luanda

Capital...25/ 06/ 05

Uma ronda com o Gabinete de Comunicação e Imagem da Epal mostrou como, nalguns bairros de Luanda, a falta de água corrente não é culpa daquela empresa, mas dos próprios populares

Por que razão falta água no bairro Benfica? A direcção da Empresa provincial de Águas de Luanda colocou-se, recentemente, perante esta questão para a qual não encontrava resposta uma vez que investiu algum dinheiro para a criação de um centro de captação e distribuição de água para garantir que o precioso líquido não faltasse aos moradores do sudeste de Luanda. Foi necessária uma volta ao longo da canalização para se conseguir uma explicação: populares perfuram a conduta e constroem tanques ao longo do seu percurso, evitando, desta forma, que a água chegue a nível satisfatório ao bairro Benfica. O percurso da conduta inclui o bairro Camama, para onde, de resto, partiu, há duas semanas, uma delegação da Epal em resposta a uma denúncia da Polícia dando conta de que populares serviram-se de camartelos e marretas para perfurar a conduta e construir, ao redor, tanques para ser então vendida aos populares da redondeza. A denúncia incluía o nome de José, um cidadão que, para benefício próprio, violou a conduta. Porém, a delegação da Epal, que incluía também agentes da Polícia, não conseguiu localizar este infractor.

No passado dia 31 de Maio, a Epal criou uma comitiva para constatar as denúncias, incluindo o caso do cidadão José que, naquele mesmo dia, desapareceu como se fosse um fantasma. A comitiva rumou para a sede do bairro Benfica onde teve mais sorte do que no bairro Camama, onde reside o «desaparecido» José. Trata-se de uma zona em que, tempos atrás, os técnicos da Epal tinham destruído vários anques e tapado os gigantescos furos que moradores fizeram na conduta. Tal como os técnicos da Epal, a mesma constatação tinha sido feita pelo ministro da Energia e águas, Botelho de Vasconcelos, numa visita de que resultaram medidas que não surtiram efeito. É que no lugar de um tanque quebrado estava um outro completamente reconstruído, envolto num conjunto de chapas que, a primeira vista, sugeria uma cubata. Era só disfarce. Na verdade, logo às primeiras horas da manhã, um número não identificado de camiões cisterna abastecia-se ali de água para ser, em seguida, vendida no centro da cidade. Os trilhos de pneus visíveis no chão lamacento indicavam para isso, tal como os carrinhos de mão e os baldes espalhados pelo chão.

«Eles vêm aqui de madrugada», disse um funcionário do Gabinete de Comunicação e Imagem da Epal. «Sabem, muito bem, que se vierem mais tarde correm o risco de se deparar com uma equipa da Epal», algo que,

com toda a certeza, os infractores procuram evitar.. No bairro Dangereux, uma outra etapa do percurso da conduta, o perigo é, de facto, alto para a infra-estrutura da Epal. Ali estava o ancião Fernandes que negou a propriedade de um tanque que foi encontrado mesmo no centro da sua pequena lavra de mandioca.«Não sei quem construiu isso aqui», disse o senhor, apanhado de surpresa entre uma multidão que corria assustada perante a presença dos funcionários da Epal. Ali, entre um e outro camião cisterna, testemunhava-se um bom número de tanques recém construídos, não obstante a existência de destroços de outros tantos reservatórios que a Epal destruíra tempos antes. Num quintal, de uma residência do mesmo bairro, a equipa da Epal apanhou em flagrante uma cidadã que não aceitou revelar o seu nome, mas que foi, de imediato, reconhecida como reincidente por um dos técnicos da Epal que acompanhava a comitiva.(...)

Disse que faz tudo «na maior das calmas» graças a subornos que paga a fiscais - não especificou de que fiscais se tratam - que solicitam regularmente o pagamento da quantia de 2 mil e 500 kwanzas, caso ela não queira ver cortadas as mangueiras que transportam a água para o tanque, que diz ser da sua mãe. Ela própria reclama que, agora, «a água está a sair com pouca pressão», numa evidência clara de que a construção de tanques não autorizados ao redor da conduta da Epal é algo que tem cada vez mais aderentes. «Sim, agora já somos muitos com tanques em casa».

7 PAZ E CIDADANIA

7.1 Jovens angolanos na luta pela" consolidação da paz e cidadania

Terra angolana...Março

Jovens Embaixadores da Paz e Cidadania em Angola, é o nome de um programa criado em Luanda, que visa apoiar iniciativas locais para construção da paz e cidadania, com o patrocínio do governo Canadiano.

O comité directivo deste programa, é constituído por membros da MINJUD, AEA, CICA, CEAST, FONGA, IECA, JURA, JMPLA, JV A, CAPD /FD e CREJA, tendo como objectivo principal fortalecer a capacidade dos jovens para participarem efectivamente no processo de paz, reconciliação nacional e reconstrução social de Angola.

Os destinatários ou beneficiários, são jovens de organizações políticas, ONGs e Igrejas, com idades compreendidas entre 14 e 25 anos, segundo fontes

ligadas ao programa, serão formados em direitos humanos, educação cívica, resolução de conflitos, administração de grupos, programas de micro-crédito e outros projectos já definidos.

Numa primeira fase, o programa vai estender-se às províncias de Luanda, Huíla, Moxico, Kuando Kubango, Huambo e Bié, actuando na área da "Promoção de construção de consenso e reconciliação nacional, promoção de direitos humanos, conferências sobre a paz e cidadania, justiça social, combate à pobreza, promoção de igualdade do género, o diálogo e respeito pela diferença".

É de salientar que os cerca de 6 mil jovens envolvidos têm ainda como programa, promover actividades comunitárias e solidárias ligadas às programas de micro-crédito e outros projectos já definidos. Numa primeira fase, o programa vai estender-se às províncias de Luanda, Huíla, Moxico, Kuando Kubango, Huambo e Bié, actuando na área da "Promoção de construção de consenso e reconciliação nacional, promoção de direitos humanos, conferências sobre a paz e cidadania, justiça social, combate à pobreza, promoção de igualdade do género, o diálogo e respeito pela diferença". É de salientar que os cerca de 6 mil jovens envolvidos têm ainda como programa, promover actividades comunitárias e solidárias ligadas às iniciativas de paz, como encontros desportivos, acampamentos, visita hospitalares, plantação de árvores, limpeza de lugares públicos e restauração de valores culturais.

Na segunda fase do programa, entre 120 e 150 jovens receberão formação de liderança para orientarem grupos que posteriormente serão criados nas províncias, onde o projecto está a ser implementado. Esta fase, envolverá ainda 50 a 80 jovens activistas, líderes governamentais, das igrejas e locais, para identificarem a possibilidade de colaboração entre os jovens e não só.

